

i

i



**UNICAMP**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Mercado de crédito brasileiro: papel dos bancos públicos na  
redução das taxas de juros e impactos sobre a  
rentabilidade do setor 2011/2012

Monografia de conclusão de curso  
apresentada como requisito à obtenção  
de grau de Bacharel em Ciências  
Econômicas na Universidade Estadual  
de Campinas

Campinas  
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Curso de Ciências Econômicas

Mercado de crédito brasileiro: papel dos bancos públicos na  
redução das taxas de juros e impactos sobre a  
rentabilidade do setor 2011/2012

Aluno: Gabriel Musso de Almeida Pinto  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Nogueira da Costa

Campinas  
2012

Gabriel Musso de Almeida Pinto

Mercado de crédito brasileiro: papel dos bancos públicos na redução  
das taxas de juros e impactos sobre a rentabilidade do setor  
2011/2012

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito à obtenção de  
grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de  
Campinas

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nogueira da Costa

Comissão Examinadora

\_\_\_\_\_

Prof.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Campinas,

## **SUMÁRIO**

<b>1 - INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 - Testes da Hipótese da Concorrência em Preços .....	2
1.2 - Hipótese do Oligopólio Concentrado Diferenciado.....	4
1.3 - Papel dos bancos públicos nas alterações do padrão de concorrência.....	8
<b>2 - Concorrência Bancária</b> .....	11
2.1 - Segmentos do mercado de crédito.....	11
2.2 - Efeitos no mercado de crédito da redução dos juros pelos bancos públicos federais.....	24
2.3 - Efeitos da redução das Tarifas Bancárias na concorrência do setor.....	30
<b>3 - Impactos sobre a rentabilidade dos grandes bancos múltiplos</b> .....	32
3.1 - Comportamento das principais contas de resultado.....	33
3.2 - Operações de Crédito e Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).....	35
3.3 - Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (AIL).....	41
3.4 - Captação de recursos.....	44
3.5 - Receitas de Prestação de Serviços e Despesas Administrativas.....	46
<b>Conclusão</b> .....	49
<b>Bibliografia</b> .....	53

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Tabela 2A: Juros e <i>Spread</i> PF e PJ.....	14
Gráfico 2.1: Histórico de Juros Cheque Especial.....	16
Tabela 2B: Correlação entre Taxas de Juros Cheque Especial.....	16
Gráfico 2.2: Histórico de Juros Crédito Pessoal.....	17
Tabela 2C: Correlação entre Taxas de Juros Crédito Pessoal.....	17
Gráfico 2.3: Histórico de Juros Financiamento de Veículos PF.....	19
Tabela 2D: Correlação entre Taxas de Juros Financiamento de Veículos PF.....	19
Gráfico 2.4: Histórico de Juros Capital de Giro Juros Prefixados.....	20
Tabela 2E: Correlação entre Taxas de Juros Capital de Giro Juros Prefixados.....	20
Gráfico 2.5: Histórico de Juros Capital de Giro Juros Flutuantes.....	21
Tabela 2F: Correlação entre Taxas de Juros Capital de Giro Juros Flutuantes.....	21
Gráfico 2.6 Histórico de Juros Desconto de Duplicatas.....	22
Tabela 2G: Correlação entre Taxas de Juros Desconto de Duplicatas.....	22
Gráfico 2.7 Histórico de Juros Conta Garantida.....	23
Tabela 2H: Correlação entre Taxas de Juros Conta Garantida.....	23
Gráfico 2.8: Comparativo Juros Cheque Especial.....	26
Gráfico 2.9: Comparativo Juros Crédito Pessoal.....	26
Gráfico 2.10: Comparativo Juros Financiamento de Veículos PF.....	26
Gráfico 2.11: Comparativo Juros Capital de Giro Juros Prefixados.....	26
Gráfico 2.12: Comparativo Juros Capital de Giro Juros Flutuantes.....	26
Gráfico 2.13: Comparativo Juros Desconto de Duplicatas.....	27

Gráfico 2.14: Comparativo Juros Conta Garantida.....	27
Gráfico 2.15: Taxa Média, Inadimplência e Volume de concessões Cheque Especial.....	28
Gráfico 2.16: Taxa Média, Inadimplência e Volume de concessões Crédito Pessoal.....	28
Gráfico 2.17: Taxa Média, Inadimplência e Volume de concessões Financiamento de Veículos PF.....	28
Gráfico 2.18: Taxa Média, Inadimplência e Volume de concessões Capital de Giro Juros Prefixados.....	28
Gráfico 2.19: Taxa Média, Inadimplência e Volume de concessões Desconto de Duplicatas.....	28
Gráfico 2.20: Taxa Média, Inadimplência e Volume de concessões Conta Garantida.....	28
Tabela 2I: Participação de Mercado de Crédito, BB e CEF.....	29
Tabela 2J: Comportamento das Tarifas Bancárias.....	31
Tabela 3A: Lucro Líquido.....	32
Tabela 3B: Contas do Resultado.....	33
Tabela 3C: Operações de Crédito e PCLD.....	35
Tabela 3D: Composição das PCLD.....	37
Tabela 3E: Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (AIL).....	41
Tabela 3F: Contas do Passivo.....	45
Tabela 3G: Quantitativo de Funcionários.....	47
Tabela 3H: Indicadores de Eficiência.....	48

# **O Mercado de crédito brasileiro: papel dos bancos públicos na redução das taxas de juros e impactos sobre a rentabilidade do setor**

## **Capítulo 1**

### **Introdução**

O setor bancário brasileiro sofreu grandes transformações nos anos seguintes ao lançamento do Plano Real, ocasionadas basicamente pela baixa da taxa de inflação e menor impacto da indexação dos contratos financeiros, pela conseqüente redução dos ganhos com *float* e pela abertura do mercado de varejo às instituições estrangeiras. Estas transformações alteraram o padrão concorrencial do setor, reconfigurando as vantagens competitivas das instituições e evidenciando seus problemas de solvência. Ao mesmo tempo a ação do Estado visava sanear o setor bancário nacional, privatizando instituições públicas estaduais, e favorecendo a aquisição de instituições menores ou em dificuldades por instituições maiores e mais sólidas, além de elevar os requisitos mínimos de capital adotando o Acordo da Basileia.

A principal conseqüência destas transformações foi um movimento de concentração no setor bancário nacional, basicamente via redução no número de instituições autorizadas a operar e devido à aquisição de instituições menores e/ou em dificuldades por instituições maiores e mais sólidas<sup>1</sup>. Tal movimento de concentração do setor bancário brasileiro não parou após a primeira onda de aquisições e a entrada dos bancos estrangeiros, ocorrida nos anos 90, continuando nos anos subsequentes à crise financeira de 2008.

Apesar da percepção deste movimento observar evidência factual,

---

<sup>1</sup> Ver, entre outros, Paula (2001), Rocha (2001), este um trabalho do BC apresentando uma sistematização do período.

tentativas diversas de estabelecer a magnitude da concentração bancária no país e de apurar o poder de mercado das firmas têm sido feitas. Além das análises centradas na observação e comparação dos índices de concentração do setor bancário, uma boa quantidade de testes econométricos se tornou disponível nos últimos anos, com as análises buscando evidenciar relações (ou a falta delas) entre os níveis de concentração no setor bancário e *spread* apropriado pelas firmas. Apresentamos então uma revisão da literatura disponível para o caso brasileiro.

### 1.1: Testes da Hipótese da Concorrência em Preços

O trabalho de Nakane (2001), analisando o termo de interação na curva de oferta de empréstimos, ou seja, o componente de poder de mercado, que mede quanto varia a oferta de empréstimos do mercado como um todo com a variação da oferta em uma firma em particular. Se este valor for zero (0), há concorrência perfeita, se for um (1), indica monopólio perfeito ou cartel, ou seja, altera o comportamento da oferta de empréstimos quanto à sua dependência dos juros reais ou da variação da renda nacional. Este termo de interação é medido através dados mensais agregados para todos os bancos rejeita estatisticamente a hipótese de concorrência perfeita e também de monopólio ou colusão, não rejeitando a hipótese de concorrência oligopolista no setor. Tonooka e Koyama (2003) buscam uma correlação entre os juros cobrados e a concentração do setor e entre os juros e a participação de mercado de cada banco. Os autores refutam a existência de poder de mercado significativo, ou seja, a existência de coeficientes positivos para as variáveis “concentração do setor” (medida pelo índice HH) e “participação”, medida pelo *market share* de cada firma dentro do setor. Porém fazem algumas ressalvas sobre a limitação do modelo, identificando a concentração naquele momento

(2001) como relativamente baixa, aventando a possibilidade de que estas conclusões não se mantenham em cenário hipotético de aumento significativo da concentração, o que realmente ocorreu. Além disso, também ressaltam a possibilidade de existir poder de mercado regional, já que o trabalho não pôde medir tal hipótese por falta de dados.

Belaisch (2003) utiliza-se da observação da elasticidade da receita em relação aos custos dos insumos em 49 bancos como modelo de teste, tomando a hipótese de que as receitas crescem de acordo com a mesma magnitude da elevação dos custos dos insumos nos mercados competitivos, e de que não crescem na proporção da subida dos custos em um mercado oligopolista ou colusivo. O crescimento das receitas em proporção menor do que a do aumento dos custos dos insumos representaria a concorrência oligopolista. Assim como Nakane (2001), este trabalho também refuta as hipóteses de concorrência perfeita e de monopólio/colusão, porém não rejeita a hipótese de concorrência oligopolista. A autora identifica um *trade off* entre competição e concentração, ou seja, entre a eficiência na alocação de recursos e a solidez de um mercado rentável, mas ressalva que o risco sistêmico pode se elevar com a existência de poucos e grandes bancos no setor.

Em Araújo et al. (2005) utiliza-se a mesma metodologia adotada em Belaisch (2003), porém vai além na exploração dos resultados, de forma a não só rejeitar as hipóteses de concorrência perfeita e de monopólio, mas estabelecer uma relação entre o aumento da concentração e a redução no grau de competição no setor bancário, além de indicar que um número maior de agências bancárias leva a um menor grau de competição.

Temos ainda o trabalho de Nakane, Alencar e Kanczuk (2006), onde se testa o modelo de competição de Bertrand para o setor bancário. Utilizando-se de dados de 134 bancos, em 3.252 municípios, chega à conclusão de que, para o mercado de depósitos à prazo e o de empréstimos, a estrutura de competição é mais concorrencial que o modelo de Bertrand. Entretanto, no

mercado de serviços se aproxima mais desse modelo, refutando, portanto, a hipótese de cartel<sup>2</sup>.

Outra contribuição interessante está em Nasser (2008), trabalho orientado por Márcio Nakane, que traz diversos testes econométricos. Seguindo a metodologia apresentada no modelo Panzar Rosse, refuta as hipóteses de monopólio e de concorrência perfeita, interpretando o setor bancário brasileiro a partir do modelo de concorrência oligopolista. Enxerga correlações negativas entre concentração e competição. Este trabalho também identifica uma correlação negativa entre número de agências bancárias e a competição.

Os resultados destes trabalhos podem ser resumidos na refutação dos casos extremos de concorrência perfeita e de monopólio/cartel/colusão, situando o setor bancário brasileiro no vasto campo do concorrência oligopolista. É importante notar que os dados referem-se basicamente ao *spread* bancário ou a índices de concentração, com a exceção de Nakane *et al.* (2006), onde trabalha-se com a margem operacional dos bancos, o que permite inferir também sobre o mercado de depósitos à prazo e os serviços bancários.

O que há de comum entre estes trabalhos citados é que partem de uma concepção, ainda que disfarçada, de um mundo de concorrência perfeita e procuram desvios deste padrão. Os casos de mercados perfeitamente competitivos seriam extremos, onde as firmas produziriam bens homogêneos e perfeitamente substituíveis<sup>3</sup>.

## 1.2: Hipótese do Oligopólio Concentrado Diferenciado

---

2

Resultados semelhantes são encontrados em FIPECAFI (2004) e Barbachan (2004)

<sup>3</sup>Ver Carvalho (2007: 103-106).

De acordo com Costa (2012: 443), os bancos brasileiros não têm a concorrência em preços como sua forma básica de competição. *“A formação de preços na estrutura de mercado oligopolista é determinada pela capacidade das firmas de dirigirem o comportamento da demanda e de preverem as ações e reações de seus potenciais concorrentes (...) A concorrência por clientes, portanto, não se dá de acordo com modelos abstratos de competição perfeita em torno de 'menores juros e tarifas', mas sim segundo a disponibilidade e a qualidade de produtos e serviços bancários.”*

O sistema financeiro brasileiro pode ser caracterizado como *bank based*<sup>4</sup>, tanto porque o acesso das firmas e famílias a financiamentos e a produtos financeiros para aplicação dos seus excedentes é atendido em sua maior parte pelos bancos quanto porque estes estenderam seu domínio a praticamente todas as formas de intermediação financeira usadas na economia. Adotou-se, a partir dos anos 1970, o modelo de conglomerado financeiro, tendo como pilar o grande banco que se tornou múltiplo, depois da Constituinte de 1988, mas sem abandonar sua atuação centrada no mercado de varejo. Dessa forma, os bancos múltiplos concorrem, efetivamente, em diversos mercados de produtos diferenciados. Em toda a extensão possível das funções financeiras – viabilizar o sistema de pagamentos brasileiro, oferecer produtos com rendimento, segurança e liquidez, para captar recursos de terceiros, financiar atividades não financeiras –, que são atribuídas às diversas instituições não monetárias, em outros mercados, no caso brasileiro foram absorvidas pelos bancos. Eles interligam as diversas formas de atuação, seja no mercado financeiro, *latu sensu*, seja no mercado de capitais, *strictu sensu*.

A operacionalização das funções necessárias para concretizar as diversas transações financeiras entre agentes econômicos, inclusive garantindo a efetivação do sistema de pagamentos, é fonte de vantagem competitiva. Os

---

4 Ou “economia de endividamento”, segundo Costa (2012: 431)

bancos concorrem entre si para realizar estas operações ao menor custo possível, seja por meio da tecnologia seja pelo uso de força de trabalho não bancária. No primeiro caso, utilizam-se do desenvolvimento de sistemas que permitem que o trabalho de inserção de dados necessários à transação seja feito pelo próprio usuário demandante, como nos casos terminais de autoatendimento e *internet banking*. Eles dispensam o trabalhador no caixa, desde que o cliente demandante tenha acesso à moeda bancária e um mínimo de educação e conhecimento técnico para executar simples operações. A automatização de procedimentos internos de processamento, controle e contabilidade é também poupadora de mão de obra. No segundo caso, a concorrência se dá pela transferência destes serviços para os correspondentes não bancários, que possibilitam à pessoa física demandante, possuindo ou não acesso ao sistema bancário e à educação, realizar suas transações fora da rede de agências.

Outro mercado onde os conglomerados bancários brasileiros concorrem é o cartões de pagamentos ao varejo, via POS (*Point of Sale*). As bandeiras líderes mundiais no mercado de cartão de crédito acharam interessante se associar aos conglomerados nacionais para poder competir, interligando o cliente e o varejista ao circuito da moeda bancária, e cobrando uma parcela do valor da transação. Se a cobrança de uma tarifa para facilitar o pagamento parece plausível, cobrá-la como percentual do valor da operação é algo surpreendente, já que os custos são idênticos para qualquer valor transferido. Usando cartões de débito, nenhum *funding* é necessário para sua liquidação, pelo contrário, os bancos obtêm ganhos de *floating*, já que o débito é instantâneo e o crédito somente em D+1.

Como consequência disso, como alerta Costa (2011), “os preços no comércio varejista estão, de maneira geral, inflados, porque os custos com os cartões de pagamento são repassados em todos os preços. Mesmo os consumidores sem se utilizarem de cartão de crédito não conseguem pagar

preços diferenciados. Tempo é dinheiro. A mesma quantia recebida a vista vale mais do que a recebida a prazo. Logo, o preço a vista e o a prazo tem de ser diferenciados. Porém, na sociedade brasileira, o próprio Código de Defesa do Consumidor proíbe a diferenciação de preços em ‘com cartão’ e ‘sem cartão!’”

Como os bancos competem por clientes, que são basicamente demandantes de serviços financeiros, podemos citar a capacidade de auferir receitas com a prestação de serviços como um dos principais instrumentos da concorrência entre os bancos brasileiros. A possibilidade de cobertura de toda a folha de pagamento de pessoal com essas receitas aumentou a importância da tarifação destes serviços bancários na composição das receitas dos bancos. A Resolução do Banco Central do Brasil 2.303/1996 pode ser considerada como típica da era neoliberal, no sentido de que se restringe à normatização das formas de cobrança dos serviços bancários, não buscando a padronização dos serviços nem qualquer outra forma de limitação sobre o mercado, além de definir poucas isenções. Diante deste quadro, a magnitude da elevação das receitas com prestação de serviços no conjunto do setor bancário foi expressiva, saindo de um patamar de R\$ 5 bilhões em 1994 para R\$ 80 bilhões em 2011, dos quais aproximadamente R\$ 20 bilhões dizem respeito somente a tarifas bancárias e outros R\$ 20 bilhões às receitas com cartões de crédito<sup>5</sup>. Recentemente, para possibilitar comparações entre instituições e incrementar a competição, o Banco Central estabeleceu uma padronização na denominação desses serviços e criou a figura do “Pacote Básico de Serviços”<sup>6</sup>.

Entre esses serviços bancários estão os de administração de recursos de terceiros via fundos de investimento, consórcios, títulos de capitalização, programas e loterias, serviços de cobrança e arrecadação, rendas do mercado de capitais, tarifas de operações de crédito, comissões de seguros, de garantias prestadas e os itens mais dinâmicos, tarifas de conta corrente e de

---

5 Dados para o ano de 1994 em DIEESE (2006) e dados para o ano de 2011 compilados pelo autor a partir dos balanços dos 6 maiores bancos brasileiros.

6 Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.919/2010

cartões de crédito. Essas atividades heterogêneas podem ser consideradas como componentes de mercados diferenciados. A oferta destes serviços relaciona-se com o tamanho da rede de agências, além do volume de operações e da intensidade de relacionamento com os clientes. Mas o *core business* é mesmo o varejo bancário.

### 1.3: Papel dos bancos públicos nas alterações do padrão de concorrência

A bibliografia sobre a concorrência no mercado de crédito, citada no primeiro tópico desta monografia, data da primeira metade da década dos anos 2000. Mas, em 2008, a economia brasileira sofreu o choque externo derivado da crise internacional detonada pelo *crash* do valor das ações dos bancos que operavam com securitização do crédito concedido no mercado de hipotecas *subprime* norte americano. Diante de tal cenário, o Governo Federal explicitou a política de reagir *via atuação anticíclica dos bancos públicos federais*, expandindo o crédito a um ritmo ainda superior ao de que estas instituições já vinham fazendo. O conjunto desses bancos atuou em movimento contrário ao do *pool* de grandes bancos privados presentes no Brasil. Este movimento contra o aprofundamento da recessão teria então garantido o crédito necessário à manutenção da demanda efetiva, financiando consumo e investimento. Tal movimento de aceleração do crédito realmente ocorreu, mas foi distinto nos dois principais bancos comerciais de varejo sob controle estatal, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Enquanto os bancos privados praticamente sustaram por um ano qualquer crescimento na sua carteira de crédito, o BB manteve a taxa de crescimento da sua carteira praticamente inalterada, enquanto a CEF acelerou o crescimento da sua. O resultado foi que, no período de 18 meses após a quebra do banco Lehman Brothers, a CEF injetou na economia quase a mesma

quantidade de crédito novo que o BB, mesmo tendo somente metade dos ativos e capital muito inferior para a alavancagem financeira. Para tal avanço não foi necessária uma queda no preço do crédito, pelo contrário, puxadas pela elevação da SELIC, as médias das taxas de juros de empréstimos subiram. O crescimento do crédito veio, portanto, do atendimento da demanda reprimida pelo racionamento de crédito nos bancos privados, tendo sua resposta sido mais rápida nas linhas destinadas à PJ, no BB, e na PF e no financiamento habitacional, no caso da CEF.

Não podemos dizer que, após quatro anos transcorridos dos efeitos imediatos da crise internacional, todos os sintomas tenham desaparecido no Brasil, pelo contrário, o agravamento da crise europeia com sua repercussão mundial ainda segue afetando as expectativas e, logo, o investimento privado. Diante deste cenário ainda pessimista, os bancos públicos continuam a ser o elemento mais dinâmico na oferta de crédito à economia, com a CEF sendo mais eficaz que o BB neste movimento, devido tanto a sua predominância no crédito imobiliário, especialmente no Programa MCMV (Minha Casa Minha Vida), quanto à ausência de cobrança de maximização de resultados por parte de acionistas minoritários. Como 100% de suas ações pertencem ao Tesouro Nacional e o Ministério da Fazenda deu “sinal-verde” para a expansão do crédito com menores taxas de juros, independentemente da eventual queda da receita de operações de crédito, a exigência de dividendos para elevar o superávit primário deixou de ser prioridade, devido à própria queda da taxa de juros básica.

Não é possível esquecer que estes bancos públicos, ainda que de propriedade parcial ou total do Tesouro Nacional, estão inseridos no ambiente concorrencial antes descrito. Eles competem com os grandes bancos de varejo por clientes, e como eles, tentam auferir o máximo rendimento de sua base de clientes. Então, uma expansão do crédito, quando os concorrentes retraem, é também um avanço de suas participações no mercado.

Só em contas correntes, a CEF abriu 3,36 milhões de novos cadastros, nos 12 meses anteriores a setembro de 2012, impulsionados principalmente pela propaganda dos juros mais baixos do programa *Caixa Melhor Crédito*. A CEF ainda prevê ganhar participação no mercado de crédito comercial até o fim do ano, encerrando 2012 com uma fatia de 15%. Um ano antes, a CEF tinha 11,76%. Em meados deste ano, a CEF tirou do Bradesco a posição de terceira maior carteira de crédito do país.

Mas se os bancos públicos, em especial a CEF, conquistaram *market-share*, então foi falseada a hipótese de que o padrão de concorrência entre oligopólios bancários não se dá em torno de preços, mas sim em torno de qualidade dos serviços prestados?

A hipótese que apresentamos para qualificar àquela, aparentemente descartada, é a de que os bancos públicos podem ser usados, e efetivamente o foram, para induzir uma política de crédito não só na medida da quantidade, mas também do preço cobrado dos tomadores, justamente porque não se submetem à lógica da concorrência no mercado, mas sim à política econômica de crédito. Esta é mandatória, independentemente da expectativa reinante no mercado. Isto pelo lado do crédito, isto é, dos ativos. Pelo lado dos passivos, os bancos atraem clientes depositantes e investidores, de fato, pela qualidade dos serviços prestados.

Para argumentar a favor desta hipótese, e contrapor os possíveis argumentos contra, precisamos rever os padrões de concorrência no mercado de crédito não apenas com base em modelos microeconômicos abstratos, simplesmente, mas também com base em evidências empíricas e institucionais. Em outras palavras, para entendermos em quais mercados a concorrência em preços (taxa de juros de empréstimo) de fato ocorre, ou pode ser induzida em maior ou menor grau pelo governo, necessitamos examinar além do porte, a origem do capital e a natureza jurídica de cada banco. Avançando, precisamos rever os movimentos concorrenciais dos bancos

públicos, as diferenças societárias entre eles, e a reação dos bancos privados, para aferirmos qual foi a magnitude da redução efetiva nos juros, ou se tudo foi apenas estratégia de *branding* dos bancos públicos, o que será feito no Capítulo 2. Também será necessário analisar os efeitos da redução das taxas de juros praticadas, tanto diretos, via queda de receitas, quanto indiretos, via perda/ganho de mercado, na rentabilidade dos bancos múltiplos brasileiros, o que será feito no Capítulo 3. Finalmente, concluiremos a respeito da hipótese levantada, verificando se ela é adequada ou não aos eventos recentes ocorridos no sistema bancário brasileiro.

## **Capítulo 2**

### **Concorrência Bancária**

#### 2.1 - Segmentos do mercado de crédito

A estrutura do mercado de crédito brasileiro, onde atuam os grandes bancos múltiplos, não pode ser sintetizado por um único mercado uniforme. Isto ocorre pois não há um produto homogêneo ofertado a clientes com necessidades iguais, mas existem diversos produtos de crédito mais ou menos semelhantes e, portanto, mais ou menos substituíveis entre si, que satisfazem diferentes demandas de clientes, sejam pessoas físicas, sejam pessoas jurídicas, com diversos volumes de negócio com o banco. Desta forma, a segmentação do mercado assume importância fundamental ao balizar o comportamento dos agentes e definir suas condições de participação em cada “nicho”. É claro que esta estrutura não é um fato “natural” irreversível com o qual os agentes em competição têm que se conformar, mas é também configurada, dinamicamente, no próprio processo competitivo.

O próprio modelo de firma bancária não pode mais, se é que já pôde, ser traduzido como uma indústria produzindo “crédito” ao se utilizar dos insumos “depósitos”<sup>7</sup>. Tal modelo de intermediação financeira neutra é ainda menos factível na situação específica do Brasil, onde, como já caracterizamos, a estrutura de mercado no varejo bancário é típica de um oligopólio diferenciado e concentrado, com a presença de grandes conglomerados financeiros atuando em praticamente todos os segmentos possíveis e buscando a diferenciação na qualidade dos serviços prestados aos clientes, em especial, na automação com forte uso de tecnologia de informações.

Em tal cenário, os competidores tentam diferenciar seu produto no intuito de configurá-lo à demanda de cada segmento de clientes, permitindo extrair ganhos de escala decorrentes deste poder de mercado. Por exemplo, ao isentar seus clientes de cobrança de juros nos dez primeiros dias de utilização do cheque especial, prática herdada do Banco Real, o Santander tenta transformar esse produto em algo diferenciado do produto “cheque especial” ofertado pelos demais competidores.

As condições de concorrência em um segmento do mercado, assim como as de formação dos preços dependerão, entre outras variáveis:

- dos custos de monitoramento incorridos pelo banco, tanto *ex-ante*, como confecção de cadastro, apuração de renda do tomador pela análise de seus balanços ou por visitas à empresa, avaliação do seu comprometimento, apuração do seu histórico de crédito, quanto *ex-post*, como a existência de colaterais e a possibilidade de aliená-los, da probabilidade de pagamento do crédito pelo tomador, e dos custos de *default*;
- da renda ou receita do tomador;

---

<sup>7</sup> Para a crítica pós-keynesiana à teoria ortodoxa da firma bancária, ver, entre outros, Oreiro e Silva (2007) e Saraiva (2008)

- dos custos de prospecção tanto pelo ofertante como pelo tomador;
- dos custos de mudança (portabilidade) e da situação de aprisionamento decorrente;
- da possibilidade de substituição do produto;
- da sensibilidade da demanda à publicidade;
- das barreiras à entrada de novos ofertantes no segmento;
- da existência de subsídios governamentais diretos ou indiretos, etc.

Não é a intenção aqui fazermos um levantamento completo de todos os segmentos do mercado de crédito, mas apenas descrevermos suas características mais salientes para atender aos objetivos deste trabalho. A primeira diferenciação relevante é entre clientes pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ). A segunda diz respeito ao porte das empresas, ou seja, a capacidade de absorver os custos de prospecção por diversos bancos. Muitas vezes, elas têm relacionamento com mais de uma instituição financeira. Mesmo que os custos de monitoramento *ex-ante* incorridos pelo banco ofertante de crédito sejam superiores para as PJ, já que geralmente incluem, além de documentação mais extensa e complexa do que para as PF, visitas à empresa pelo gerente, o custo de *default* e de inscrição em cadastros negativos do tomador tende a ser maior, já que pode também comprometer o crédito com fornecedores e inviabilizar o negócio.

Nas operações para PJ é mais comum a existência de colaterais, começando com o aval dos sócios, que os torna coobrigados, por exemplo, no desconto de recebíveis ou no caso de financiamentos para investimento, onde os bens adquiridos ficam como garantias. Também encontramos um volume significativamente maior de recursos dirigidos nas operações destinadas às PJ, além de haver poder de negociação das grandes empresas. Diante destas

situações, as taxas de juros cobradas das PJ são sensivelmente menores que as cobradas das PF, ocorrendo o mesmo com o *spread* apropriado pelos bancos, também por causa do índice de inadimplência maior por parte das PF.

<u>Tabela 1A</u>	Taxas de Juros		Spreads	
	Médias, em % a.a.			
	PJ	PF	PJ	PF
Junho 2010	27,3	40,4	16,9	28,6
Junho 2011	30,8	46,1	18,8	33,6
Junho 2012	23,8	36,5	15,9	28,5

Fonte: Banco Central do Brasil, <http://www.bcb.gov.br/ftp/depec/NITJ201210.xls>

Aquelas características presentes nos diferentes segmentos do mercado de crédito, por conformarem a estrutura concorrencial, o comportamento dos competidores e o desempenho dos mesmos, levam a diferentes reações aos movimentos de concorrentes. No caso em exame nesta monografia, a redução de juros anunciada pelo governo federal e levada à cabo pelos bancos públicos federais ocorreu em diferentes magnitudes, dentro dos distintos segmentos de crédito, e também causou diversas reações dos demais competidores nestes segmentos.

Para exemplificar estas diferenças entre segmentos de crédito, realizamos extenso levantamento dos dados publicados pelo Banco Central do Brasil (BC) referentes às taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras atuando no país. O BC registra as taxas médias efetivamente praticada por todas as instituições financeiras ofertantes de crédito, como bancos, financeiras e cooperativas, para produtos de crédito selecionados, e os publica organizados na forma de ranking. São publicados os dados coletados em períodos de cinco a sete dias, com uma defasagem de nove a catorze dias na publicação. Utilizamos então os dados publicados a partir de 06/02/2009, referentes ao período de 20/01/2009 a 26/01/2009, e desde essa

data cobrimos todos os dias (com algumas superposições mínimas) até 26/10/2012, dado publicado no dia 09/11/2012, perfazendo o total 197 publicações. Foram computados os dados de sete produtos de crédito: cheque especial PF, crédito pessoal PF, financiamento de veículos PF, capital de giro juros prefixados PJ, capital de giro juros flutuantes PJ, desconto de duplicatas PJ e conta garantida PJ. Serão apresentados aqui os dados referentes aos seis maiores bancos múltiplos brasileiros, que detêm hoje algo em torno de 75% de todo o crédito do país (95% se excluirmos a carteira de crédito do BNDES), que são a CEF, BB, Itaú, Bradesco, Santander e HSBC. O levantamento alcança o total de 8.274 registros de taxas de juros.

Apresentaremos primeiramente, para cada produto de crédito, o registro simples das taxas de juros na forma gráfica, utilizando médias móveis referentes às séries em períodos de 60 dias, para ganharmos estabilidade nos registros e evidenciarmos qualquer tendência. Também apresentaremos, como complemento, as correlações estatísticas encontradas entre as séries de taxas apuradas para cada banco em cada produto, destacando os dados relevantes ao nosso interesse. Não ressaltaremos, nesta seção, o comportamento das taxas de juros observadas a partir de Abril de 2012, que serão tratadas na seção 2.2 e nos ateremos às características mais gerais encontradas nos segmentos.

O produto Cheque Especial PF é, entre os segmentos pesquisados, o que apresenta as mais altas taxas de juros. O produto é associado à existência de conta corrente no banco ofertante, e por isso os custos de mudança do produto de crédito são somados aos da conta. Estas contas, muitas vezes, estão associadas ao pagamento de salários<sup>8</sup> ou aposentadorias, e a benefícios concedidos em outros produtos, como financiamentos com taxas menores. Também relevante é o custo de aprender a lidar com o conjunto de sistemas de outro banco. Como está associado à conta corrente, os possíveis entrantes

---

8 O Banco central editou as resoluções 3.402/06 e 3.424/06, para disciplinar as contas salários e reduzir tais custos, que entraram plenamente em vigor em 02/01/2009.

neste segmento tem que operar em uma escala mínima considerável, ou atuar em um “nicho”. Estes fatores contribuem para aumentar o poder de mercado dos ofertantes e permitem praticar taxas mais altas. Também contribui para isto a inexistência de colaterais para este produto. Ele é para ser usado apenas durante emergência, por poucos dias, de maneira que o cliente não sinta sua taxa de juros anual elevadíssima. Metaforicamente, é comparado ao uso de guarda-chuva em intempéries.

Gráfico 2.1 CHEQUE ESPECIAL PF

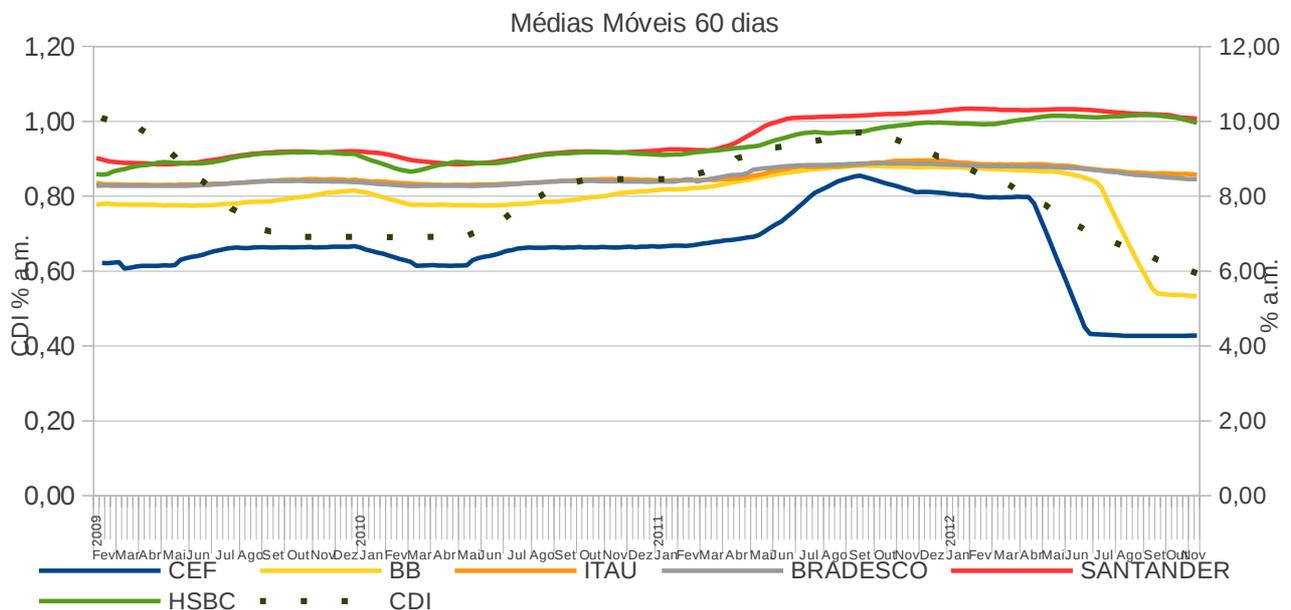


Tabela 2B	CHEQUE ESPECIAL PF					
	CEF	BB	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	HSBC
BB	0,75					
ITAU	0,39	0,33				
BRADESCO	0,45	0,44	0,90			
SANTANDER	0,12	0,10	0,92	0,87		
HSBC	-0,03	-0,04	0,85	0,78	0,95	
CDI	0,70	0,64	0,29	0,40	0,09	-0,04

Um fato que chama a atenção é a altíssima correlação entre as taxas praticadas pelas as instituições pesquisadas, chegando a 0,95 no caso de Santander e HSBC e 0,9 para Itaú e Bradesco, além da baixa correlação

entre as taxas praticadas por estas instituições e as taxas do CDI. O fato das taxas apresentarem correlações desta magnitude não leva a assumirmos que há combinação de preços, mas sugere que pelo menos os sistemas de precificação das operações são muito semelhantes, e que estes dependem pouco da taxa básica de juros, evidenciando um poder de mercado considerável, devido à inelasticidade da demanda.

Gráfico 2.2 CRÉDITO PESSOAL PF

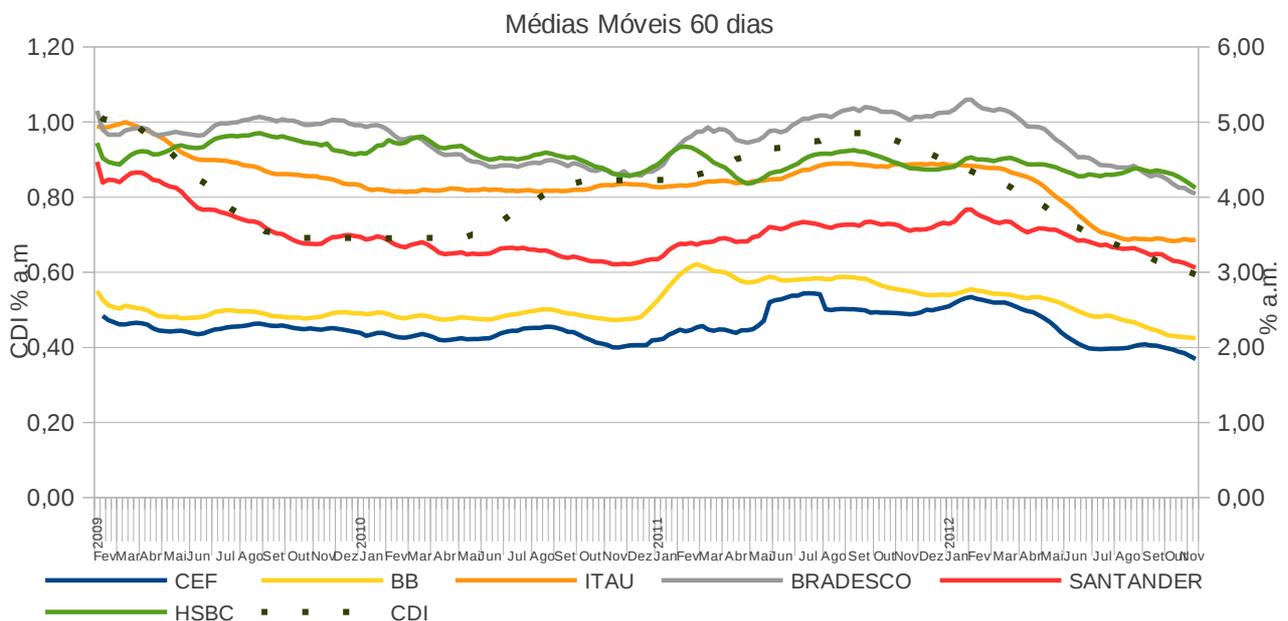


Tabela 2C		CRÉDITO PESSOAL PF					
	CEF	BB	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	HSBC	
BB	0,62						
ITAU	0,51	0,44					
BRADESCO	0,69	0,63	0,65				
SANTANDER	0,54	0,39	0,69	0,71			
HSBC	0,34	0,21	0,40	0,56	0,45		
CDI	0,53	0,68	0,73	0,45	0,52	0,02	

O segmento Crédito Pessoal PF compreende mais de um produto de crédito, como operações de balcão para clientes e não clientes, crédito consignado, etc. É possível ver diferentes faixas de preço praticadas pelas

instituições, também com as públicas se situando na parte inferior do espectro. Isto se dá exatamente por elas cobrarem taxas menores em cada produto, como esperado, mas também porque o *mix* das suas carteiras contém mais operações de juros menores, como o crédito consignado, enquanto as instituições privadas, sobretudo Itaú e Bradesco, operam mais com balcão.<sup>9</sup> Neste segmento são também menores as barreiras à entrada, já que grande parte do crédito consignado é operado por correspondentes não bancários que trabalham com mais de uma instituição, não sendo necessário o estabelecimento de uma rede de unidades próprias por cada ofertante. Em comparação com o cheque especial PF, que tinha em média 30 instituições ofertantes, o crédito pessoal PF tem em torno de 90 ofertantes. Mesmo os grandes bancos múltiplos contam com financeiras<sup>10</sup> para atuar neste mercado e atingir nichos de não-clientes. Neste segmento, portanto, o poder de mercado das instituições é menor, se traduzindo em taxas mais baixas e correlação maior com as taxas do CDI.

O segmento de Financiamento de Veículos PF é o que apresenta as menores diferenças entre as taxas praticadas pelas instituições apresentadas, além de alta correlação das taxas entre si, e com as taxas do CDI. É operado também em grande parte por correspondentes não bancários, geralmente as próprias lojas de veículos, e as barreiras à entrada consistem basicamente na necessidade de universalizar convênios com as lojas de veículos, incluindo por vezes a disponibilidade de um funcionário da instituição na mesma. Por isso, a CEF tem dificuldade neste nicho de mercado do crédito. Aqui também há forte atuação das financeiras pertencentes aos conglomerados bancários (instituição financeira que a CEF não possui, pois não é conglomerado) e dos bancos pertencentes a montadoras, com a atuação de 45 ofertantes em média. Apesar da inadimplência relativamente alta (6,0% em 06/2012) o

---

9 Vide a disputa pelo BMG, destaque no mercado de consignado, vencida pelo Itaú com a criação da holding Itaú BMG Consignado em 07/2012. “E o Itaú ri por último”, *Istoé Dinheiro*, Edição 771, 16/07/2012; “Itaú leva operações do mineiro BMG”, *Valor*, 11/07/2012

10 O Itaú tem a Itaucred, o Bradesco a Finasa, o Santander a Aymoré, o Banco do Brasil tem a BV Financeira, o HSBC a Losango.

produto conta com colaterais, no caso o veículo financiado, com amplo mercado secundário e procedimento judicial consolidado para seu resgate. Diante destas características a competição é severa, e como o produto é bem homogêneo, as taxas praticadas são relativamente baixas.

Gráfico 2.3 FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS PF

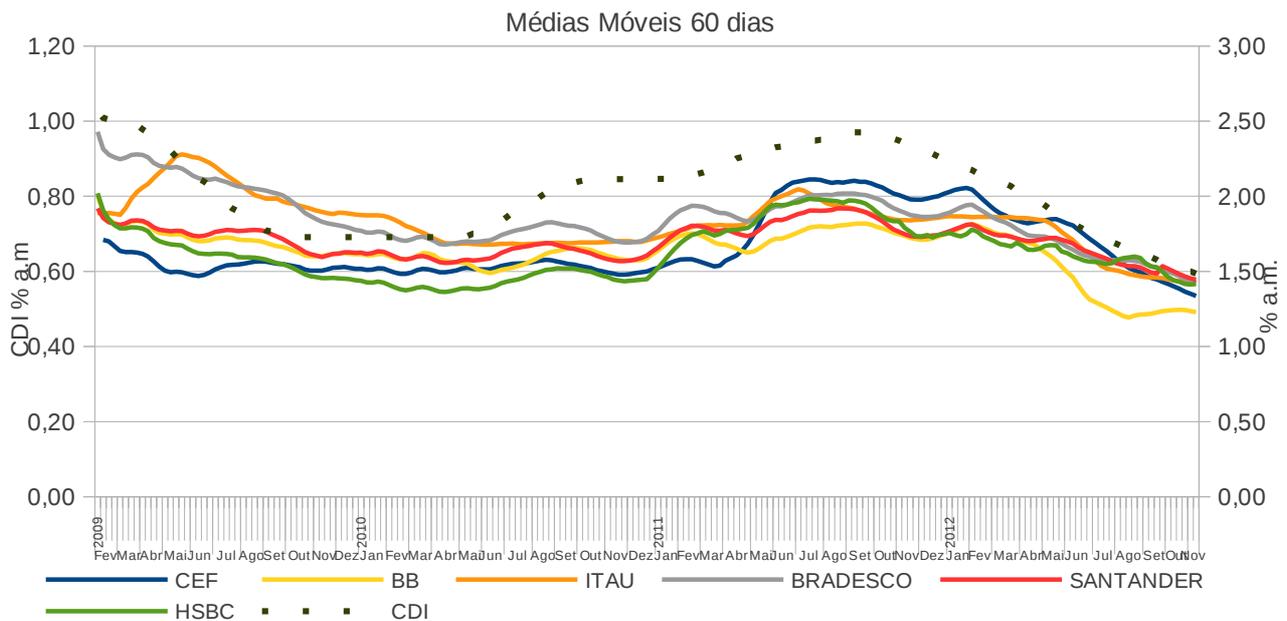


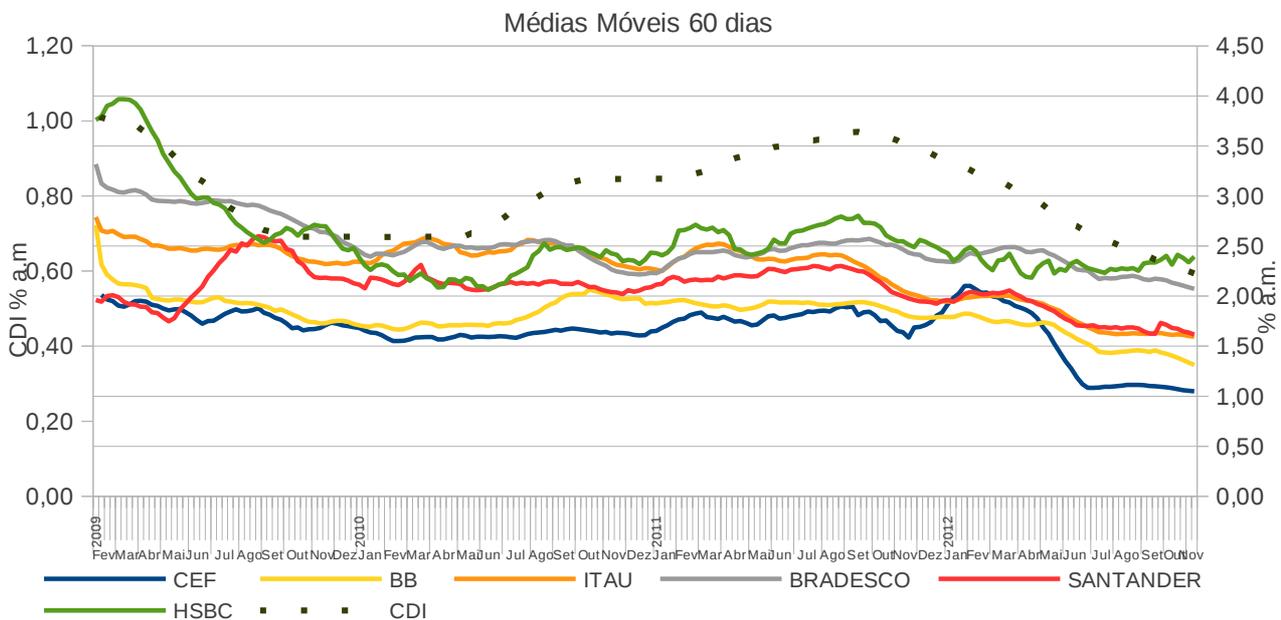
Tabela 2D

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS PF						
	CEF	BB	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	HSBC
BB	0,56					
ITAU	0,32	0,74				
BRADESCO	0,39	0,85	0,84			
SANTANDER	0,70	0,80	0,63	0,80		
HSBC	0,77	0,58	0,43	0,59	0,77	
CDI	0,64	0,75	0,53	0,69	0,71	0,73

Os segmentos PJ apresentam taxas inferiores às praticadas para PF. No caso do Capital de Giro com juros prefixados, produto exclusivo para PJ, também podemos notar que as instituições públicas praticam taxas em geral menores que as privadas e não há correlações extremas entre as taxas cobradas pelas instituições. Neste segmento, há a atuação de em torno de 70

instituições, com as menores operando em nichos regionais ou de setores econômicos, sem a necessidade de estabelecer redes de agências, contando com poucos escritórios. É claro que a capilaridade da rede assume papel importante no atendimento das micro e pequenas empresas, mas neste produto também atuam os bancos públicos estaduais e regionais, além dos bancos de desenvolvimento regionais. Diante destas características, e apesar da inadimplência alta (7,2% em 06/2012) observamos taxas mais baixas, sinalizando maior importância do preço na concorrência.

Gráfico 2.4 CAPITAL DE GIRO JUROS PREFIXADOS PJ

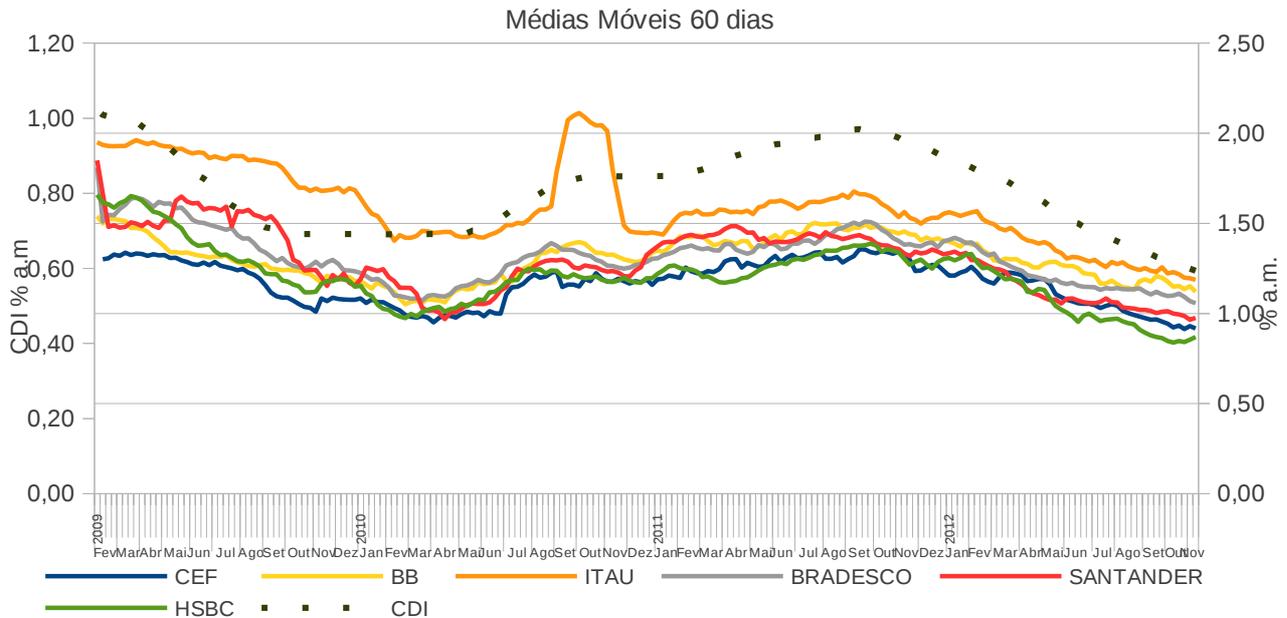


	CEF	BB	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	HSBC
BB	0,69					
ITAU	0,58	0,69				
BRADESCO	0,59	0,61	0,65			
SANTANDER	0,47	0,50	0,57	0,45		
HSBC	0,32	0,43	0,30	0,57	0,10	
CDI	0,61	0,71	0,38	0,33	0,20	0,44

O segmento capital de giro com juros flutuantes se assemelha ao anterior, mas apresenta alta correlação com as taxas do CDI, já que os contratos geralmente são indexados ao CDI ou à TR. Apesar do número de

ofertantes ser em torno de 40, menor que o do capital de giro com juros prefixados, o risco de alteração da taxa básica de juros fica com o cliente, permitindo redução nas taxas.

Gráfico 2.5 CAPITAL DE GIRO JUROS FLUTUANTES PJ



	CEF	BB	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	HSBC
BB	0,49					
ITAU	0,35	0,28				
BRADESCO	0,59	0,53	0,48			
SANTANDER	0,48	0,38	0,39	0,57		
HSBC	0,62	0,49	0,46	0,71	0,53	
CDI	0,70	0,66	0,39	0,70	0,52	0,73

No produto desconto de duplicatas também é possível distinguir taxas mais baixas praticadas pelas instituições públicas e mais altas pelos maiores bancos privados, Itaú e Bradesco. Também aqui há em torno de 70 ofertantes, praticamente os mesmos que trabalham com o produto capital de giro com juros prefixados, estando sob as mesmas condições. As garantias requeridas para a operação, as duplicatas, não são totalmente fidedignas, pois o desconto muitas vezes é escritural, ou seja, o cedente do título o emite e decide se este gera crédito na conta. Em outros termos, o título não passa pelo banco para

verificação da existência de contrapartida comercial. Mesmo existindo contrapartida, a garantia continua frágil, pois depende em primeira instância do risco de crédito do sacado, desconhecido pelo ofertante. A inadimplência neste produto estava, no mês de Junho de 2012, em 7,46% aa. Este produto de crédito acaba assumindo características de capital de giro, com as taxas não ficando particularmente baixas.

Gráfico 2.6 DESCONTO DE DUPLICATAS PJ

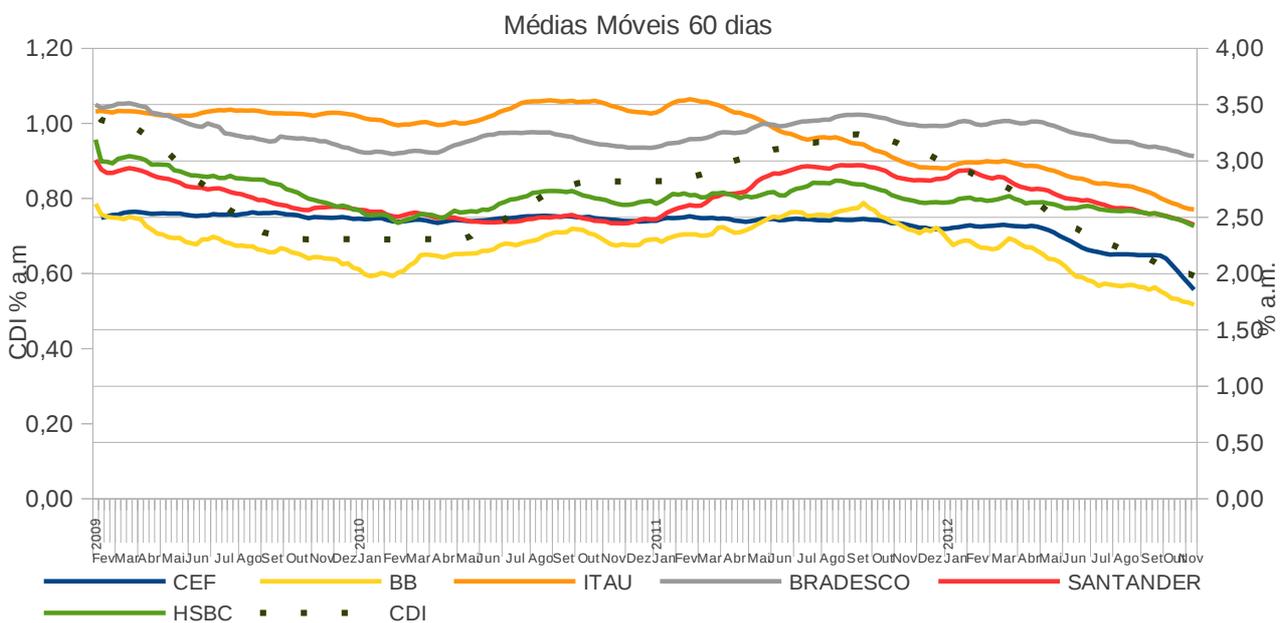


Tabela 2G		DESCONTO DE DUPLICATAS PJ					
	CEF	BB	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	HSBC	
BB	0,63						
ITAU	0,78	0,48					
BRADESCO	0,41	0,62	0,09				
SANTANDER	0,33	0,57	-0,07	0,77			
HSBC	0,55	0,62	0,45	0,64	0,58		
CDI	0,51	0,78	0,31	0,70	0,70	0,58	

A conta garantida é um tipo de crédito rotativo, com características semelhantes às do cheque especial, entretanto, com mais colaterais envolvidos, como as demais operações de PJ. A CEF não opera com o produto conta garantida, por isto ela não está registrada no Banco Central, mas tem um produto semelhante, o crédito rotativo PJ. Aqui é possível perceber uma

grande disparidade entre as taxas praticadas, sua pouca correspondência com as taxas do CDI, e também podemos notar a capacidade de alteração de taxas demonstrada pelo Santander, que no início de 2011 elevou as taxas que praticava em 50% aproximadamente. Isto demonstra a pouca elasticidade da demanda em relação ao preço, pois qualquer produto que sofresse tal elevação, sem aumento correspondente dos competidores, sofreria brusca redução nas vendas. Podemos afirmar que o poder de mercado é significativo, e a concorrência não se dá em preços. Concorrendo para elevar as taxas deste produto, está a inadimplência extrema, com 8,6% da carteira com atraso superior a 90 dias, em Junho de 2012.

Gráfico 2.7 CONTA GARANTIDA PJ

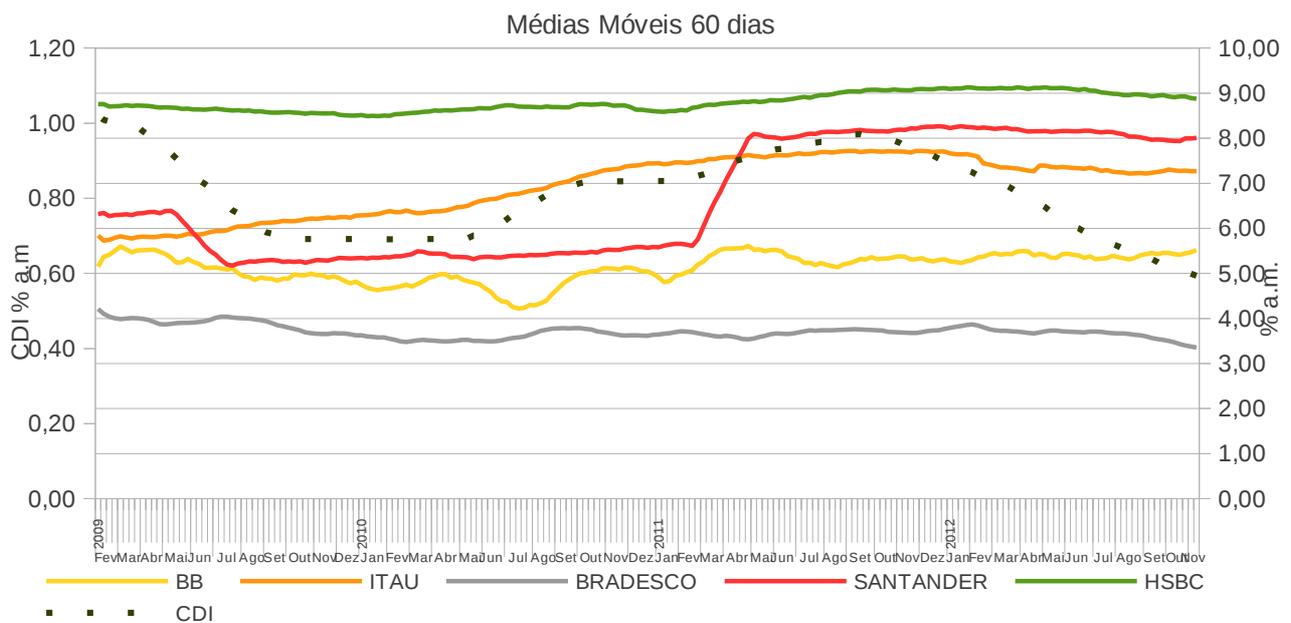


Tabela 2H		CONTA GARANTIDA PJ				
	BB	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	HSBC	
BB						
ITAU	0,34					
BRADESCO	0,00	-0,26				
SANTANDER	0,56	0,68	-0,10			
HSBC	0,45	0,65	0,01	0,82		
CDI	0,20	0,30	0,44	0,25	0,25	

## 2.2 - Efeitos no mercado de crédito da redução dos juros pelos bancos públicos federais

Além da literatura especializada afirmar, já é senso comum que no Brasil se praticam taxas de juros muito elevadas, e elevados também são os *spreads* apropriados pelas instituições financeiras operando no país. Nos primeiros meses do ano de 2012, após a divulgação dos resultados de 2011, o governo acentuou as críticas aos bancos, atribuindo a eles parte da responsabilidade sobre tal situação<sup>11</sup>. No início de Março de 2012, o governo começou a montar um plano para os bancos públicos federais iniciarem a queda dos juros cobrados ao cliente<sup>12</sup>. No dia 28 de Março de 2012, ocorreu uma reunião, a convite do Governo Federal, entre o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, o Presidente da FEBRABAN e os presidentes dos maiores bancos do Brasil, públicos, privados nacionais e privados estrangeiros, com o objetivo do governo de cobrar a redução dos juros praticados pelos bancos<sup>13</sup>. Como não houve sinalização dos bancos privados na direção que o governo gostaria, este trouxe o debate a público de maneira incisiva<sup>14</sup>. Então, os bancos públicos federais lançaram pacotes de redução de juros<sup>15</sup>. Os bancos privados reagiram, colocando o problema do *spread* de volta para o governo, apresentando uma lista de 20 medidas a serem

---

11 “Dilma quer coibir ganho excessivo de banco”, O Globo, 10/02/2012; “Fazenda considera juros bancários muito elevados”, Folha de São Paulo, 14/02/2012;

12 “Governo articula com bancos públicos redução do spread”, Agência Estado, 14/03/2012; “Governo quer que BB e Caixa 'roubem' clientes”, Correio Braziliense, 15/03/2012; “O novo foco da Caixa”, IstoéDinheiro, Edição 754, 18/03/2012; “Barbosa diz que governo estuda reduzir spread bancário”, Agência Estado, 23/03/2012

13 “Mantega discute spreads com dirigentes de bancos públicos e privados”, Valor Econômico, 28/03/12; “Mantega exige juros menores de bancos” *Correio Braziliense*, 29/03/2012; “ Na volta de Dilma, sai pacote de BB e Caixa”, *Valor Econômico*, 29/03/12

14 “Bancos levam pito de Dilma”, Correio Braziliense, 04/04/2012;

15 “Em consonância com o governo, BB reduz taxas de juros”, Valor, 04/04/2012; “BB corta juros em ofensiva que pressiona bancos”, Valor, 05/04/2012; “No BB, 'hoje é dia de juros, bebê!'", Folha de São Paulo, 05/04/12; “Caixa anunciará corte de juros na segunda-feira”, Valor, 05/04/12

adotadas pelo Governo Federal<sup>16</sup>. O profissional contratado como presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, queimou-se no papel de interlocutor como representante da classe dos banqueiros. O Governo Federal optou por tratar do assunto diretamente com os principais banqueiros.

Diante da posição dos bancos privados em atribuir ao Estado toda a culpa pelos altos spreads cobrados, o governo subiu o tom da discussão<sup>17</sup>. Mesmo com a imprensa alinhada com o conservadorismo tomando partido<sup>18</sup>, a ofensiva do governo forçou uma mudança no discurso dos bancos privados, começando com o HSBC, banco de capital controlador com origem estrangeira que anunciou cortes nas taxas praticadas<sup>19</sup>. O HSBC foi seguido pelo Santander<sup>20</sup>, logo depois pelos grandes bancos nacionais privados Bradesco e Itaú<sup>21</sup>. Ao longo dos meses seguintes, novas rodadas de redução nas taxas ocorreram, tanto dos bancos públicos como privados.

Aparentemente, o governo foi bem sucedido na sua intenção de provocar a redução nas taxas de juros praticadas no país, pelo menos no embate midiático, mas qual foi a extensão deste sucesso? Passados dois trimestres, desde o início do debate e as reduções dos juros, podemos analisar o real alcance das medidas do governo. Para isto, apresentaremos os dados

---

16 “Spread depende de garantia melhor, diz Lisboa, do Itaú”, Valor, 09/04/2012; “Bancos vão debater juro menor com governo”, Folha de São Paulo, 07/04/2012; “FEBRABAN quer redução dos impostos pagos pelos bancos”, Folha de São Paulo, 09/04/2012; “Receita dos bancos para o spread cair”, Valor, 11/04/2012 “Spread depende de contraparte do governo”, Valor, 11/04/2012, “Bola está com o Governo, diz banco privado”, FSP, 11/04/2012

17 “Governo cobra 'gesto' de bancos privados”, FSP, 12/04/2012; “Bancos: 'Dilma está irritada'”, FSP, 12/04/2012; “Mantega rebate a Febraban e diz que bancos têm margem para reduzir o juro”, Estadão.com, 12/04/2012; “Bancos têm margem para cortar os spreads”, Valor, 13/04/2012; “Mantega sobe o tom contra bancos privados”, FSP, 13/04/2012

18 “No grito, os juros não caem”, Veja, 16/04/2012; “O populismo dos juros”, Época, 16/04/2012

19 “HSBC segue BB e Caixa e é o 1º banco privado a reduzir juros”, Reuters, 12/04/12

20 “Santander muda avaliação de risco de clientes para cortar juros”, Folha.com, 17/04/2012; “Bancos privados sinalizam novos cortes”, Valor, 18/04/2012; “Bancos recuam e preparam juro menor”, FSP, 18/04/2012

21 “Bradesco reduz taxas de juros para pessoas físicas e jurídicas”, Valor, 18/04/2012; “Itaú corta taxas de juros para pessoa física e pequenas empresas”, Valor, 18/04/2012; “Bradesco, Itaú e Santander cedem e reduzem os juros”, FSP, 18/04/2012; “Bancos privados jogam a toalha”, O Globo, 19/04/2012

referentes às médias das taxas de juros praticadas pelos seis maiores bancos múltiplos nos meses de Novembro de 2011 a Fevereiro de 2012, ou seja, antes da ofensiva do governo, e faremos a comparação com as médias praticadas entre os meses de Julho de 2012 e Outubro de 2012, após as rodadas de baixas de juros. Apresentaremos estas taxas descontadas da taxa do CDI para os períodos, retirando os efeitos da redução da taxa básica de juros da economia para isolarmos os efeitos da competição em preços, para os mesmos produtos de crédito já discutidos acima.

Gráfico 2.8 Cheque Especial PF

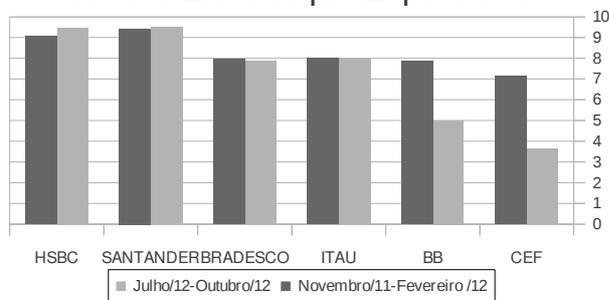
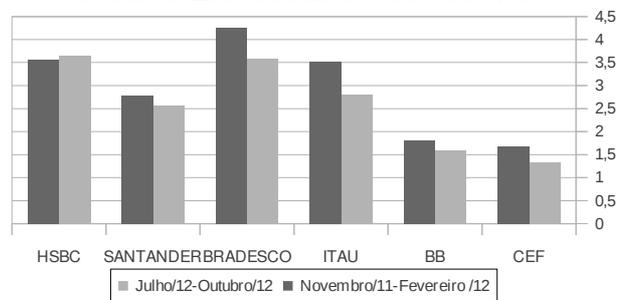
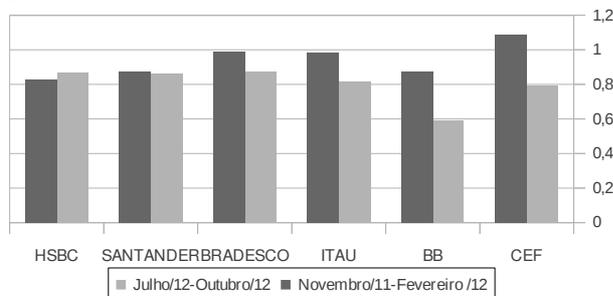


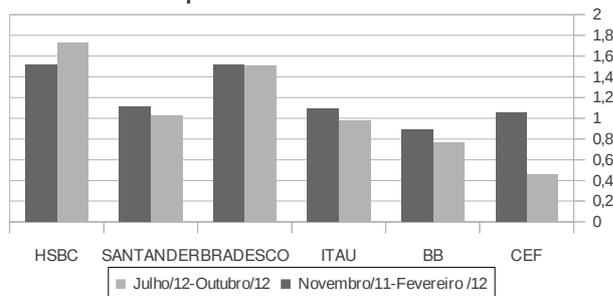
Gráfico 2.9 Crédito Pessoal PF



Gráf. 2.10 Financiamento de Veículos PF



Gráf. 2.11 Capital de Giro Juros Prefix. PJ



Gráf. 2.12 Capital de Giro Juros Flut. PJ

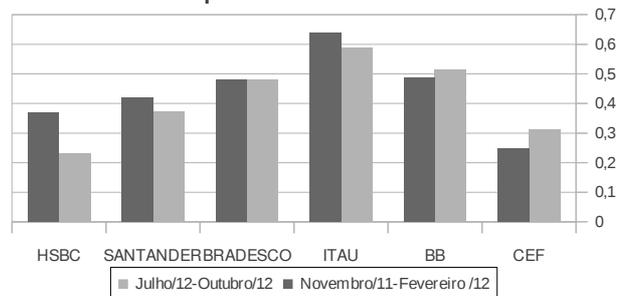


Gráfico 2.13 Desconto de Duplicatas PJ

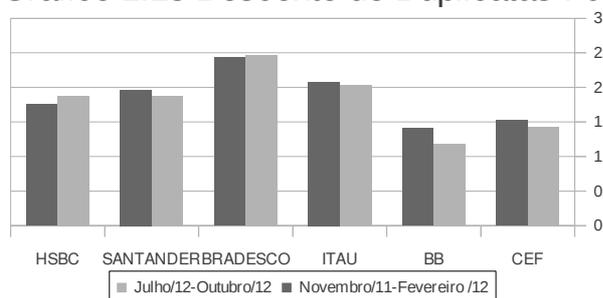
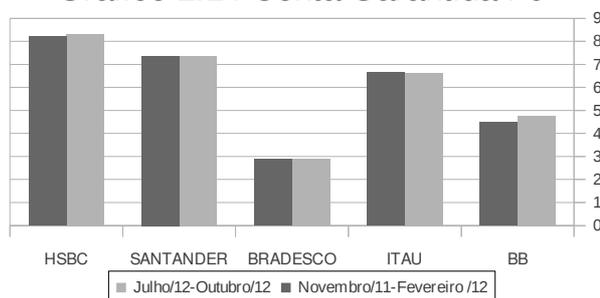


Gráfico 2.14 Conta Garantida PJ



A partir dos dados apresentados acima, podemos fazer algumas constatações. Primeiramente, se desconsiderarmos o efeito da queda da taxa básica de juros na economia, observamos que os bancos públicos federais foram os que mais baixaram os juros de suas operações, mas também constatamos que nenhum banco reduziu as taxas de juro de empréstimo praticadas em todos os produtos pesquisados. Até a Caixa aumentou, no produto capital de giro com juros flutuantes, as taxas praticadas. No outro extremo, o HSBC praticava em todos os produtos, com exceção do capital de giro com juros flutuantes, taxas maiores no período posterior. O Itaú manteve as taxas em três produtos e as reduziu em quatro. O mesmo aconteceu com o Santander, mas as reduções tiveram amplitude menor que no Itaú. O Bradesco manteve as taxas praticadas em cinco produtos, e as diminuiu em dois.

Devido a essa “atuação compensatória” na precificação de toda a cesta de produtos de empréstimo, como acessório ao comportamento dos juros em cada banco, é necessário também apresentarmos o comportamento das taxas médias do setor bancário, da inadimplência e do volume de concessões mensais para cada segmento, com exceção do capital de giro com juros flutuantes, não divulgado pelo Banco Central.

Gráfico 2.15 Cheque Especial

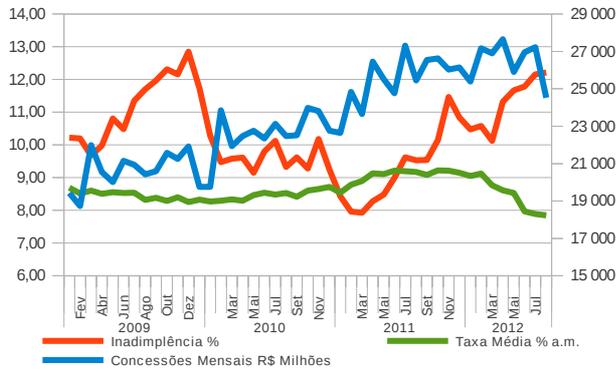


Gráfico 2.16 Crédito pessoal

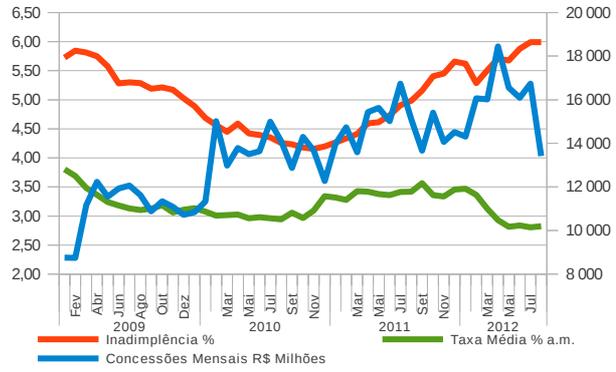


Gráfico 2.17 Financiamento de veículos PF

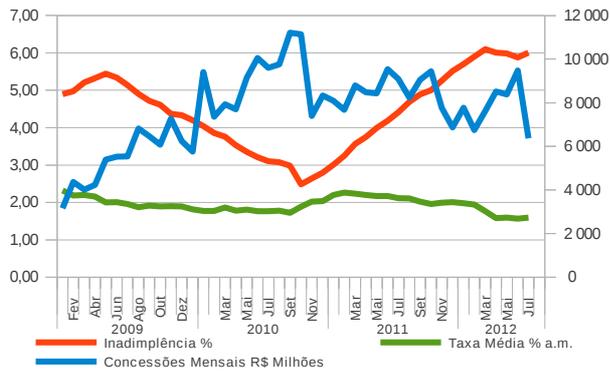


Gráfico 2.18 Capital de Giro Juros Prefixados

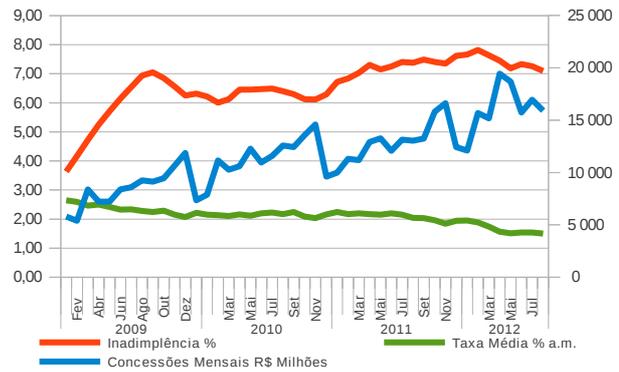


Gráfico 2.19 Desconto de Duplicatas

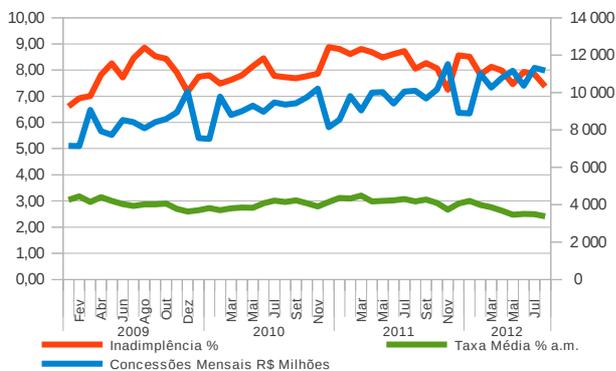
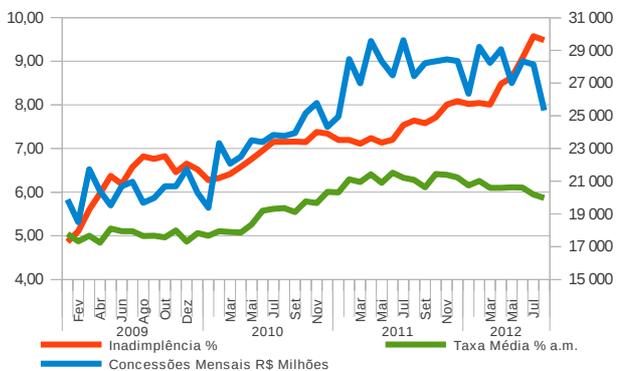


Gráfico 2.20 Conta Garantida



Ao avaliarmos o resultado das medidas conduzidas pelo governo através dos bancos públicos, podemos constatar que estes reduziram suas taxas de juros no crédito de forma mais acentuada que os bancos privados, contribuindo para baixar as taxas médias no sistema financeiro como um todo. Conseguiram induzir a queda das taxas de juros em alguns segmentos, mais notadamente no crédito pessoal e financiamento de veículos, e em menor medida no capital de giro com juros prefixados. Eles foram incapazes de induzir à queda os juros praticados nos produtos conta garantida, desconto de duplicatas e capital de giro juros flutuantes. Podemos generalizar, dizendo que *as reduções foram maiores nos segmentos onde a concorrência em preços tem maior peso, mas nos segmentos que os bancos têm capacidade de exercer maior poder de mercado, as reduções não ocorreram*, devido à característica que cada segmento apresenta como descrito na seção 2.1. Uma ressalva que deve ser feita é que também não houve elevação substancial das margens em contexto de alta da inadimplência, como observado no passado e exemplificado nos gráficos acima.

O resultado geral da regulação do mercado de crédito por parte do governo, no que diz respeito às taxas cobradas pelos bancos privados, pode ser descrito como um sucesso limitado. Mas no que tange ao SFN como um todo, este resultado foi mais expressivo, pois induziu a outro resultado importante, o avanço das instituições públicas no mercado de crédito. De fato, elas obtiveram maior *market-share*!

	Participação de mercado em %	
	CEF	BB
Dezembro 2009	8,8	20,1
Dezembro 2010	10,8	19,8
Setembro 2011	11,8	19,3
Dezembro 2011	12,3	19,2
Setembro 2012	14,5	19,6

Na Caixa Econômica Federal, se percebe um movimento consistente de

expansão da participação e a adoção clara de política de redução de juros, através do *Programa Caixa Melhor Crédito*, contribuiu para a aceleração desta tendência. No Banco do Brasil, há queda na participação, até o final de 2011, mas a redução dos juros, com o *Programa BomPraTodos*, marcou a reação do banco no mercado de crédito. Portanto, a redução nas taxas médias praticadas no SFN se deveu tanto à queda das taxas praticadas pelas instituições públicas e privadas, em menor grau nestas, quanto ao avanço da participação de mercado das instituições públicas, que além de reduzir as taxas praticadas operam em nichos de crédito de maior prazo e taxas mais baixas, como o crédito habitacional, o agrícola e o consignado.

### 2.3 - Efeitos da redução das Tarifas Bancárias na concorrência do setor:

Após o movimento de redução dos juros pelos bancos públicos, o Governo Federal investiu contra as tarifas bancárias e de prestação de serviços, também consideradas altas e um possível subterfúgio dos bancos privados para compensarem as queda nos juros<sup>22</sup>. Novamente, os bancos públicos tomaram a dianteira na redução das tarifas, como forma de incentivar a concorrência em preços entre as instituições. Apresentamos a seguir um comparativo entre os meses de Dezembro de 2011 e Outubro de 2012, antes e depois das rodadas de redução, para os seis maiores bancos múltiplos atuando no Brasil.

---

22 “A chapa dos bancos esquentou”, Istoé Dinheiro, Edição 760; “Bancos privados devem baixar taxas”, O Estado de São Paulo, 11/05/2012; “Banco privado eleva tarifa após cortar juro”, FSP, 17/05/2012; “Tarifas bancárias sobem 3 vezes acima da inflação”, Agência Estado, 22/05/2012; “Governo dará publicidade às tarifas bancárias”, Valor, 23/05/2012; “Mantega quer que bancos baixem juros em até 40%”, FSP, 27/05/2012; “Bancos privados aumentam tarifas de operações de câmbio em até 240%”, O Estado de São Paulo, 18/06/2012

Tabela 2J Comparação dos Valores das Tarifas bancárias Dez/2011-Out/2013					
	Nº de Tarifas Divulgadas	Redução < 10%	Redução > 10%	Aumento	Tarifas Criadas
CEF	110	10	18	3	3
BB	111	12	20	9	1
ITAÚ	107	16	12	7	7
BRABESCO	109	0	1	19	1
SANTANDER	119	1	1	16	0

Podemos assim diferenciar o comportamento destes bancos: CEF e BB lideraram a redução, com o BB reduzindo um número maior, mas em contrapartida com aumento em um maior número de tarifas. O Itaú foi o único banco privado que reduziu um número significativo das tarifas cobradas, mas ao contrário de CEF e BB, prevalecendo percentuais abaixo de 10% de redução. Por sua vez, houve aumento e criação de número expressivo de serviços. Os demais bancos privados aumentaram diversas tarifas, em movimento contrário ao esperado.

Mais uma vez podemos dizer que *o movimento de indução da concorrência obteve sucesso limitado*, ocorrendo realmente a redução das tarifas nos bancos públicos, mas falhando em induzir os bancos privados a fazerem o mesmo, com a exceção do Itaú.

Após este embate, a discussão passou para a sustentabilidade e os riscos advindos da queda dos juros e da expansão do crédito pelos bancos públicos, “forçada pelo governo”. O que mais incomodou aos investidores do mercado acionário foi, pela primeira vez nos últimos dez anos, os grandes bancos múltiplos (exceto Bradesco e Caixa) terem apresentados lucros líquidos menores, nos balanços do terceiro trimestre de 2012, que os do mesmo período do ano anterior, e, conseqüentemente, queda de rentabilidade patrimonial. No próximo capítulo apresentaremos uma investigação mais profunda sobre as causas da desaceleração ou mesmo redução desses lucros.

## Capítulo 3

### Impactos sobre a rentabilidade dos grandes bancos múltiplos.

Após todo o movimento de regulação competitiva do mercado de crédito, a questão que se colocou foi em quanto a rentabilidade dos grandes bancos que atuam no Brasil foi afetada pela redução das taxas de juros praticadas. A imprensa, diante de resultados registrados em balanços trimestrais inferiores aos obtidos no ano de 2011, naturalmente, refletindo opiniões das empresas de consultoria e agência de avaliação de riscos, contratadas pelos bancos, expôs a visão de que a redução das taxas de juro de empréstimo traria redução significativa na margem financeira, e com isso, redução nos montantes do lucro destas instituições. Ademais, como o alvo do governo, após taxas de juros, passou para a regulação das tarifas, tal crítica à ameaça de queda da lucratividade bancária se fortaleceu.

Investigaremos neste Capítulo, portanto, o comportamento das contas de resultado e dos balanços patrimoniais dos maiores bancos múltiplos brasileiros, tentando estabelecer a magnitude e os determinantes das alterações no padrão de lucratividade destas instituições.

Tabela 3A: Lucro Líquido ajustado(recorrente), em R\$ Milhões e variação em relação ao mesmo período do ano anterior, com exceção do HSBC, que é apresentado o lucro semestral. Observação: Foram usados os números no padrão contábil BR GAAP e não o lucro gerencial.

	CEF		BB		ITAÚ		BRADESCO		SANTANDER		HSBC	
	LUCRO	%	LUCRO	%	LUCRO	%	LUCRO	%	LUCRO	%	LUCRO	%
1T2012	1.164	43,3	2.703	-7,5	3.425	-3,0	2.845	3,9	856	-15,4		
2T2012	1.682	15,0	2.986	-7,6	3.304	-8,3	2.867	1,5	555	-31,6	602	-1,6
3T2012	1.350	4,6	2.657	3,3	3.372	-11,4	2.893	1,0	591	-31,7		
ACUMULADO 2012	4.196	17,7	8.346	-4,4	10.101	-7,7	8.605	2,1	2.003	-25,5		

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor)

Percebemos que, no 1º trimestre de 2012, já se observava, para o BB, Itaú, Santander e HSBC (1º semestre), redução nos valores quando comparados ao mesmo período do ano anterior, ou seja, por sua antecedência, foi fato independente do movimento de regulação competitiva de redução das taxas de juros ou de tarifas. Os únicos bancos que não demonstraram tendência de queda nos lucros foram a Caixa e o Bradesco. Tal movimento se acentuou ao longo do ano no Itaú e no Santander, tendo se revertido no Banco do Brasil. A apresentação do lucro no padrão contábil BR GAAP não traz implicações para comparação temporal, e mesmo em valores absolutos a diferença é pequena, com exceção do Santander, que ainda amortiza o ágio pela compra do ABN-Real.

### 3.1: Comportamento das principais contas de resultado.

Tabela 3B: Contas de Resultado selecionadas, acumuladas no três primeiros trimestres de 2012, com exceção do HSBC que é apresentado o período semestral, em R\$ Milhões e variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

	CEF		BB		ITAÚ		BRADESCO		SANTANDER		HSBC	
	9M2012	%	9M2012	%	9M2012	%	9M2012	%	9M2012	%	6M2012	%
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>	42.970	10,4	79.657	3,6	76.344	1,6	70.766	5,2	42.857	-0,6	8.775	3,8
Operações de Crédito e Arr. Mercantil	25.190	24,8	52.408	8,6	49.377	3,4	35.946	8,1	32.127	8,2	5.485	3,8
Títulos e Valores Mobiliários	14.212	-0,6	21.727	-8,2	19.557 *	-1,4	22.851	15,8	8.171	-19,3	2.282	23,2
Receita Aplicações Compulsórias	4.369	-15,2	4.808	-9,4	4.561	-34,6	3.171	-30,8	2.454	-21,9	774	-35,2
<b>Custo de Captação no Mercado</b>	20.201	5,5	39.032	-4,0	31.516	-10,5	27.911	-6,7	17.064	-14,1	4.008	-7,2
<b>Margem Financeira antes de PCLD</b>	17.706	14,4	34.374	13,4	41.822	9,0	32.684	12,5	24.534	18,4	4.207	7,2
<b>PCLD</b>	5.579	15,1	11.016	23,3	17.959	24,2	9.804	29,4	11.390	31,0	1.816	63,4
<b>Prestação de Serviços</b>	10.493	12,7	15.587	18,0	15.115	8,3	12.837	15,3	7.386	11,4	1.258	4,8
Tarifas Bancárias	1.669	61,3	4.886	11,6	4.348	15,9			2.286	20,1	433	9,8
<b>Despesas Administrativas</b>	15.571	13,0	20.695	16,4	20.836	2,6	19.451	10,2	13.634	14,4	3.198	0,1
Despesas de Pessoal	9.423	11,4	12.097	15,9	10.287	2,4	9.044	14,2	4.644	16,2	1.313	12,8

\*Valor inclui resultado de operações com derivativos.

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor)

Com as principais contas de resultado apresentadas acima, podemos fazer algumas considerações. Primeiro, *não houve redução nas rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil de nenhuma instituição pesquisada*, havendo aumentos expressivos na CEF, BB e Bradesco. Do mesmo modo, *as receitas com prestação de serviços cresceram consideravelmente*, e com exceção do BB, foram puxadas pelo aumento das tarifas bancárias, mostrando que não houve impacto na receita da concorrência em preços neste segmento.

As receitas de títulos e valores mobiliários apresentaram variações heterogêneas, sendo muito positivas no HSBC e Bradesco e muito negativas no Santander e BB, permanecendo praticamente estáveis na CEF e no Itaú. Retornaremos a estes resultados quando da análise das carteiras de títulos e da sua participação relativas nos ativos das instituições na Seção 3.3. A receita que sofreu maior impacto foi a proveniente da remuneração de depósitos compulsórios, tanto pela redução na SELIC, quanto pela mudanças nos percentuais remunerados estabelecidos pelo BC<sup>23</sup>. A redução para as instituições pesquisadas foi da ordem de R\$ 6,2 Bilhões, com magnitude nos bancos privados bem superior à dos bancos públicos.

Quanto às despesas mais significativas, os custos de captação foram significativamente menores para as instituições, com exceção da Caixa Econômica Federal, onde houve um ligeiro crescimento, por conta da grande expansão do passivo. Esta redução dos custos de captação foram da ordem de R\$ 10 Bilhões para as cinco instituições onde houve redução, e que com a relativa estabilidade das receitas de crédito, *garantiram margens financeiras antes das Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) maiores para todas as instituições pesquisadas*, na ordem de R\$ 17,4 Bilhões. Porém, houve aumento significativo nas despesas com PCLD, na ordem de R\$ 11,9 Bilhões no conjunto das instituições pesquisadas, impactando na margem financeira bruta. Analisaremos mais detalhadamente a composição destas contas na

---

23 Circular 3576/2012, Banco Central do Brasil.

Seção 3.2. As despesas administrativas também tiveram altas significativas em todas as instituições, com exceção do Itaú e HSBC, assim como as despesas de pessoal, que só se mantiveram estáveis no Itaú.

### 3.2: Operações de crédito e Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Tabela 3C: Contas de operações de crédito selecionadas (no país), valor em 30/09/2012 e variação em relação a 30/09/2011,

	CEF		BB		ITAÚ		BRADESCO		SANTANDER		HSBC	
	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/06/12	%
<b>Carteira de Crédito Total</b>	324.499	42,9	439.280	18,0	359.810	7,3	284.367	9,2	207.334	10,1	57.700	5,5
Pessoa Física	50.211	46,0	143.577	14,2	145.662	3,0	113.308	9,1	105.727	10,0	N/D	N/D
Pessoa Jurídica	58.927	58,7	198.046	21,2	244.486	10,3	171.059	9,3	101.606	10,1	N/D	N/D
Imobiliário	190.558	34,9	9.777	55,0	16.687	32,4	21.084	48,9	18.343	21,8	4.456	37,8
Infra-Estrutura e Des. Urbano	22.292	55,9	763	-10,2	0	-	0	-	0	-	0	-
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	0	-	97.656	17,6	5.795	-0,7	11.081	-0,4	3.961	-12,3	2.613	-16,7
<b>Saldo de PCLD</b>	18.576	29,8	21.282	14,4	27.682	12,0	20.915	9,6	14.521	27,1	3.583	56,6

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor)

Primeiramente, ao observarmos a expansão do estoque de crédito, notamos grande diferença entre o comportamento dos bancos de controle estatal e os de controle privado, com especial destaque para a Caixa Econômica Federal, que sozinha foi responsável por um aumento do crédito disponível muito superior a todos os bancos privados somados. Dos R\$ 243 bilhões de expansão do volume de empréstimos e financiamentos dos cinco maiores bancos do Brasil, entre setembro de 2011 e setembro de 2012, a Caixa foi responsável por R\$ 97,5 bilhões. Outro importante quinhão ficou com o Banco do Brasil, cuja carteira aumentou R\$ 78,2 bilhões. Juntos, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander, os três maiores bancos privados do país

tiveram um crescimento de R\$ 67,4 bilhões no estoque de empréstimos e financiamentos. Somente a variação na carteira de crédito habitacional da CEF correspondeu aproximadamente à soma das variações do estoque de crédito de Itaú e Bradesco.

No período observado, a CEF tomou a terceira posição quanto ao estoque de crédito do Bradesco, e tudo sugere que no próximo trimestre, ultrapasse o Itaú, tomando o segundo posto. Com o desempenho do BB sendo também muito superior ao dos bancos privados, o fato é que os dois maiores bancos múltiplos estatais injetaram em 12 meses na economia crédito novo na ordem de 4% do PIB brasileiro de 2011, o que dá a medida do poder de atuação na manutenção da demanda agregada que estas instituições alcançaram.

É interessante notar que o comportamento do crédito imobiliário nas carteiras de todos os bancos, pois este segmento foi o que mais cresceu em termos relativos em todas as carteiras, com exceção da própria Caixa, pois ela tem carteira comercial proporcionalmente muito inferior do que a carteira imobiliária. Isto mostra que os demais bancos acordaram para as vantagens deste segmento, ampliadas em cenário de juros referenciais mais baixos, indicando cenário de concorrência mais acirrada para a CEF no segmento em que é líder incontestado com cerca de  $\frac{3}{4}$  do mercado.

Ao mesmo tempo, a CEF avançou muito nos segmentos de crédito para PF e PJ, aumentando seu estoque em torno de R\$ 36 Bilhões, superando o crescimento tanto Itaú quanto do Bradesco. Tal movimento se torna mais notável quando notamos que a CEF tem por foco o atendimento a Micro, Pequenas e Médias Empresas, não contando com um segmento *corporate*. Este segmento foi responsável por 95% do aumento de crédito para PJ ocorrido no Itaú e 30% do aumento no Bradesco. Do mesmo modo que os demais bancos avançam nos segmentos tradicionalmente ligados à CEF, esta também passa a concorrer em segmentos liderados pelos privados, como por exemplo em Cartões de Crédito, operação que cresceu 37,4% na CEF no

período, totalizando R\$ 3,8 Bilhões<sup>24</sup>.

Outro ponto relevante é o financiamento da CEF para o segmento de infraestrutura e desenvolvimento urbano, que também teve crescimento expressivo no período, colocando mais R\$ 8 Bilhões na economia. Note-se que a CEF é praticamente o único ofertante de crédito nesta modalidade, já que o volume no BB é desprezível, e vem caindo, por se tratar de operação advinda da Nossa Caixa incorporada em 2009, não havendo novas contratações.

Quanto às Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), estas cresceram mais que as carteiras de crédito nas instituições privadas e menos que as carteiras de crédito nas estatais, que mais expandiram o crédito. Um detalhamento das PCLD é apresentado a seguir.

**Tabela 3D:** Composição das PCLD, proporção de créditos em curso anormal e índice de inadimplência (percentual da carteira vencido a mais de 90 dias). Valor em R\$ Milhões em 30/09/2012 e variação em relação a 30/09/2011, exceto inadimplência e operações de curso anormal em relação ao total do crédito, apresentando variação em pontos percentuais, para o mesmo período das demais contas.

	CEF		BB		ITAÚ		BRADESCO		SANTANDER		HSBC	
	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/06/12	%
<b>Saldo de PCLD</b>	18.576	29,8	21.282	14,4	27.682	12,0	20.915	9,6	14.521	27,1	3.583	56,6
PCLD Requerida	18.576	29,8	19.702	17,6	22.624	15,1	16.904	12,1	14.069	29,9	3.583	56,6
PCLD Adicional	0	-	1.580	-14,6	5.058	0,0	4.011	0,0	451	-23,3	0	-
Curso Anormal/Total do Crédito	20,1	2,0	3,3	-0,1	8,9	0,6	7,9	0,7	13,7	4,6	N/D	N/D
Inadimplência	2,1	0,1	2,7	0,6	5,1	0,4	4,1	0,3	3,6	-1,7	4,8	1,2

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor)

É necessário esclarecer que as PCLD aqui estão subdivididas em Requerida, de caráter obrigatório e cujo montante é uma fração do saldo da

<sup>24</sup> Apesar do crescimento expressivo, a CEF ainda está muito longe dos R\$ 37 Bilhões do Itaú, R\$ 20 Bilhões do Bradesco ou mesmo dos R\$ 14 Bilhões do Santander.

operação de acordo com o *rating* da mesma, variando de 0% para nível AA a 100% para nível H e Adicional, definida pela instituição de acordo sua percepção do risco e do histórico de comportamento do crédito, dentro de limites também estipulados pelo Banco Central<sup>25</sup>. Desta forma, as instituições têm uma liberdade restrita na composição de suas provisões, permitindo que a sua constituição absorva, voluntariamente, parte das receitas. Porém, não foi o que ocorreu no período apresentado, pois não houve aumento nas contas de PCLD Adicional, tendo estas permanecido estáveis no Itaú e no Bradesco e se reduzido no BB e no Santander. A CEF e o HSBC não explicitam a natureza de suas provisões, mas aplicando a regra de constituição de provisões definida pelo Banco Central na resolução 2682/1999 às operações de crédito discriminadas por faixa de *rating* de crédito constatamos que ambos não se utilizam do expediente de provisões adicionais:

A regulamentação do Banco Central é essencialmente prudencial e por isto se concentra em estabelecer critérios de classificação de crédito que evitem que as instituições apresentem cenários com riscos menores que o real, necessitando de menores provisões. Porém esta regulamentação permite o viés contrário, ou seja, enquadrar as operações de crédito em classificações de risco piores do que estes realmente são, e portanto com maiores exigências de provisionamento.

A Resolução 2682/1999, Artigo 4º, diz que para cada faixa de atraso de recebimento de parcelas do crédito, o *rating* da operação deve ser rebaixado para **no mínimo** tal nível. Isto não impede que se rebaixe além do mínimo exigido, aumentando a exigência de provisionamento. Outro exemplo é a permissão de que para operações com prazo superior a 36 meses, o atraso considerado para reclassificação do *rating* seja contado em dobro. Ou seja, uma operação vencida a 30 dias pode, para efeito de reclassificação, ser considerada vencida a 60 dias, aumentando as provisões obrigatórias. O Bradesco explicita que recorre a este método, mas a legislação não obriga a

---

25 Resolução 2682/1999

que isto fique explícito. Outro exemplo se dá nos créditos renegociados, em que a legislação impede que sejam reclassificados para *ratings* superiores mesmo que o pagamento esteja em dia.

Se a atribuição do *rating* de crédito tem critérios totalmente objetivos, como atraso de pagamentos, por outro lado está sujeita a critérios de responsabilidade da instituição, como a verificação da administração e da qualidade dos controles do tomador PJ ou situação econômico-financeira, por exemplo. Como a atribuição de *ratings* ruins causa maior provisionamento, reduzindo o resultado contábil sem porém influir no caixa dos bancos, as administrações impostas pelos controladores podem reter receitas retirando-as dos lucros e evitando repasses de dividendos aos acionistas minoritários ou participações nos lucros aos empregados.

Outra consideração importante é a relação entre provisões e índice de inadimplência. Este é medido pelo percentual do saldo de operações de crédito com parcelas em atraso por mais de 90 dias em relação ao saldo total das operações de crédito. Por exemplo, dois bancos tem o mesmo índice de inadimplência, mas em um os atrasos estão concentrados entre 90 e 120 dias e no outro entre 150 e 180 dias, o segundo deverá constituir provisões 2,3 vezes maior que o primeiro. Portanto não há uma relação unívoca entre as duas medidas. Por exemplo, em comparação com Setembro de 2011, o índice de inadimplência no Itaú subiu 0,4 pontos percentuais em Setembro de 2012, enquanto a razão entre provisões e o total da carteira de crédito subiu 0,3 pontos percentuais. Mas na CEF, no mesmo período, o índice de inadimplência subiu menos de 0,1 pontos percentuais, enquanto a proporção das provisões na carteira caiu 0,6 pontos percentuais.

Balizados pelas ponderações anteriores, podemos afirmar que o aumento das PCLD dos bancos privados em ritmo superior ao da expansão da carteira de crédito reflete uma piora na qualidade desta. Este fato é reforçado pelo aumento da inadimplência, que foi significativo no BB, Itaú, Bradesco e

HSBC. Um comportamento aparentemente contraditório se observa no Santander, onde a inadimplência se reduziu muito, mas as provisões subiram também muito. Adicionado ao fato do crescimento expressivo das operações em curso anormal,<sup>26</sup> podemos inferir que reduziu-se o valor das operações vencidas a mais de 90 dias, mas **as operações com atrasos por prazos menores se elevaram, assim como os atrasos de operações vencidas a mais de 90 dias aumentaram**<sup>27</sup>, provocando reclassificações negativas no *rating* destas operações e exigindo portanto maior provisionamento.

Outro fato relevante e também aparentemente contraditório é a grande participação das operações em *curso anormal* na carteira da CEF, que alcançou 20% de todas as operações de crédito, porém a inadimplência é a menor entre as instituições apresentadas. Tal fato ocorre porque quando uma operação fica com uma parcela atrasada por mais de 14 dias, todo seu saldo passa a constar como *curso anormal*, mas deixa esta condição quando a parcela é recebida. Como os financiamentos imobiliários, principal componente da carteira de crédito da CEF, têm prazos muito longos, um grande montante é incorporado nesta conta. Por isso, os financiamentos imobiliários em *curso anormal* representam 83% das parcelas vincendas nesta categoria, os mesmos representam apenas 26% das parcelas vencidas. Desta forma a carteira imobiliária da CEF permanece com um índice de inadimplência baixo, de 1,7%. Como a carteira imobiliária representava em Setembro de 2012 58,7% do total do estoque de crédito da CEF, frente a 33,6% da carteira comercial, a CEF apresentava no geral índice de inadimplência de apenas 2,06%.

---

26 As operações com parcelas vencidas a mais de 14 dias passam a compor com a totalidade de seu saldo a conta Operações de Crédito em Curso Anormal e passam, de acordo com o atraso verificado, a ter seu *rating* reclassificado negativamente.

27 O grifo chama a atenção para duas situações diferentes, quais sejam aumento de operações com atraso menor que 90 dias e aumento de atraso de operações vencidas a mais de 90 dias. A segunda situação sensibiliza mais as provisões que a primeira e foi o movimento principal Santander.

### 3.3 - Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (AIL):

Tabela 3E: Contas selecionadas do Ativo, TVM, AIL, Ativo total, valor em R\$ Milhões em 30/09/2012 e variação em relação a 30/09/2011. Participação destas contas e outras no Ativo total e variações em pontos percentuais no mesmo período.

	CEF		BB		ITAÚ		BRADESCO		SANTANDER		HSBC	
	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/06/12	%
Ativo Total	673.373	33,0	1.103.913	16,2	960.216	14,7	856.288	18,6	442.788	1,6	146.587	3,1
Carteira de Título e Valores Mobiliários (TVM)	125.907	9,8	178.516	13,9	223.511	30,2	242.375	21,5	58.711	-13,8	26.405	3,4
Carteira de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez(AIL)	95.582	73,0	214.511	36,3	160.792	67,2	126.772	47,5	40.609	63,9	16.312	-1,1
TVM+AIL	221.490	22,0	393.027	25,1	384.304	43,4	369.147	29,3	99.319	7,0	42.718	1,7
Participação de TVM no Ativo	18,7	-3,9	16,2	-0,3	23,3	2,8	28,3	0,7	13,3	-2,4	18,0	0,0
Participação de TVM + AIL no Ativo	32,9	-0,7	35,6	2,5	40,0	8,0	43,1	3,6	22,4	1,1	29,1	-0,4
Participação do Crédito no Ativo	48,2	3,4	39,8	0,6	37,5	-2,6	33,2	-2,9	46,8	3,6	39,4	0,9
Participação de Operações de Mercado Aberto no total de AIL	97,5	-0,7	89,2	6,6	88,7	11,4	93,0	4,5	70,0	-9,4	71,9	-7,3
Participação de mantidos até o vencimento no total de TVM	34,9	-18,7	9,1	-2,5	1,4	-0,4	1,6	-14,0	1,7	0,3	0,1	0,0
Participação de Títulos Públicos Brasileiros no total de TVM	92,5	-5,3	76,6	6,9	45,6	-0,8	59,1	-2,5	76,9	-3,3	51,4	1,4

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor)

Novamente a CEF desponta no crescimento dos Ativos totais, seguida pelo bloco formado pelo BB e privados nacionais Itaú e Bradesco, com os Privados estrangeiros praticamente não apresentando crescimento nos seus Ativos. Quando olhamos o comportamento da soma dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (AIL), vemos que na CEF esta cresceu menos que proporcionalmente aos ativos, reduzindo a sua participação no total. Como vimos na Tabela 3C, a carteira de crédito na CEF cresceu 43%, aumentando a participação relativa do crédito no total dos ativos. O que mostra a substituição das aplicações em títulos por aplicações

em crédito.

No BB, o crédito cresceu pouco mais que o total dos ativos, avançando na participação relativa, ainda que ligeiramente. A aplicação dos R\$ 154 Bilhões de expansão do ativo foi dividida igualmente, entre TVM+AIL e o restante. Nos bancos privados nacionais, o Ativo total cresceu significativamente, mas tal crescimento não foi alocado para o crédito, mas sim na aplicação em títulos financeiros. Estes aumentaram sua participação no total, e o espaço para crescimento do crédito veio, pode-se dizer, da redução dos depósitos mantidos no Banco Central<sup>28</sup>. Quanto aos bancos privados estrangeiros, estes mantiveram seu ativos próximos à estabilidade, e com o crescimento apresentado nas carteiras de crédito, este aumentou sua participação no total do Ativo. Cabe ressaltar que no Santander esta participação já é bem alta relativamente aos outros bancos (46,8%), estando no mesmo patamar da CEF.

Quanto à participação das operações de mercado aberto nas AIL estas cresceram significativamente nos bancos privados, em oposição às aplicações no mercado interbancário, em especial no período de junho a setembro de 2012, mostrando mais um sinal de aversão ao risco mais acentuado nos bancos com esta origem de capital. Este fato pode ter sido causado pelos problemas enfrentados por diversos bancos médios no período.

A participação dos títulos mantidos até o vencimento é muito maior na Caixa que nos demais bancos, inclusive o BB, também de controle estatal. Isto foi adotado para evitar MtM (*market-to-mark*) dos títulos de dívida pública prefixados, sujeitos à volatilidade da taxa de juros básica, caso não fossem levados até o vencimento. A Caixa tinha passivos em longo prazo que suportavam essa classificação de parte de sua carteira de títulos. Como chamou atenção Mettenhein (2009), a presença de títulos com este perfil

---

28 O BC extinguiu a exigibilidade de compulsórios sobre depósitos à vista a partir 14/09/2012 e reduziu a alíquota dos depósitos a prazo de 12% para 11% a partir 29/0/2012., através Circular 3609/2012. Mas tal movimento não se deu somente por isso, já que os bancos são capazes de determinar, sob certas restrições, a composição do seu passivo.

diminui as pressões pró-cíclicas sobre a dívida pública, permitindo diminuição de custo e alongamento dos prazos da dívida. Porém, o patamar de manutenção de títulos já é bem menor que o apresentado por este autor nos bancos estatais, para o período de 2004-2006. Ela vem se reduzindo, rapidamente, mesmo na CEF, devido aos vencimentos e recompra de títulos de dívida pública.

Observamos também a participação relativamente maior de títulos da dívida pública no total da carteira de TVM na CEF. Os demais bancos tem uma exposição maior a seus próprios títulos, emitidos e carregados na carteira própria. Aponta no sentido de um desenvolvimento maior no uso destes instrumentos pelos bancos privados enquanto há aversão ao risco privado por parte da CEF<sup>29</sup>.

As Letras Financeiras ficaram conhecidas como “os debêntures dos bancos” por serem similares aos títulos financeiros corporativos emitidos por grande empresa não-financeira. Os estoques de Letras Financeiras (LF) e Letras Financeiras Subordinadas (LFS) totalizaram R\$ 209,1 bilhões em junho de 2012, confirmando a tendência de crescimento observada desde a eliminação desses instrumentos da base de recolhimento compulsório ao Banco Central do Brasil (BCB), como incentivo ao alongamento dos prazos de captação.

Embora sejam segregados como Administração de Recursos de Terceiros, os recursos dos Fundos passaram a constituir importante fonte de financiamento para as instituições financeiras. Cerca de R\$ 280,5 bilhões (17% do patrimônio dos Fundos), estão aplicados em “risco privado” dos títulos emitidos por essas instituições, como Certificados de Depósitos Bancários (CDB), LF e LFS. Em junho de 2012, os Fundos de Investimento respondiam por 14,8% do saldo total dos CDB, 79,3% das LF e 85,2% das LFS.

---

<sup>29</sup> Tal exposição também não é tão alta como sugerem os números do Itaú e Bradesco. Os valores estão subdimensionados pois R\$ 70 Bilhões no Itaú e R\$ 35 Bilhões no Bradesco estão aplicados em cotas de fundos de PGBL/VGBL, que por sua vez aplicam grande parte de seus recursos em títulos públicos.

As captações via títulos de dívida direta foram destinadas, em sua maior parte, para lastrear novas operações de crédito, embora se observe recente crescimento da participação dos ativos líquidos. No entanto, o crescimento mais moderado da carteira de crédito à PJ nos últimos anos se explica, em parte, pelo processo de substituição dessas dívidas pela emissão de títulos, principalmente as debêntures, como forma de alongar os passivos e reduzir os custos de captação das empresas não-financeiras, tendo em vista a vantagem tributária dessas emissões pela isenção do IOF. Com a queda dos juros e do custo das emissões, mais empresas passaram a utilizar parte dos recursos captados com a oferta de debêntures para financiar seu capital de giro em vez de investi-los em longo prazo.

Resumindo, os bancos privados nacionais se mostraram muito mais propensos a posições líquidas, reduzindo a participação do crédito no total de seus ativos, mas conseguindo uma expansão significativa destes. Os privados de controle estrangeiro não mostraram uma expansão acentuada de seus ativos, mas aumentaram a participação do crédito nos mesmos. A CEF tanto expandiu os seus ativos como o fez principalmente via expansão do crédito, e do BB pode-se dizer que, assim como a origem de seu capital, ficou no meio do caminho entre a CEF e os privados nacionais.

### 3.4 - Captação de recursos :

No intuito de explicitarmos o apresentado na Seção 3.1 relativamente às condições de captação dos recursos necessários à expansão dos ativos, que mostrou que o custo desta captação se reduziu para todas as instituições, com exceção da CEF, apresentamos os dados a seguir.

**Tabela 3F:** Contas selecionadas do passivo em 30/09/2012 em R\$ Milhões e variação em relação a 30/09/2011, Custos de Captação acumulados 9 meses de 2012 em R\$ Milhões e variação em relação a 9 meses de 2011, Participações no total do Passivo em 30/09/2012 e variações em pontos percentuais em relação a 30/09/2011

	CEF		BB		ITAÚ		BRADESCO		SANTANDER		HSBC	
	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/09/12	%	30/06/12	%
Depósitos à Vista	22.660	8,0	61.485	6,7	29.818	14,4	33.628	5,5	11.966	-13,7	N/D	N/D
Poupança	169.726	17,5	112.098	17,4	77.414	22,2	65.540	15,8	25.727	-15,0	N/D	N/D
Depósito a prazo	91.943	32,9	286.756	13,4	115.172	-10,8	113.379	-16,5	81.743	11,4	N/D	N/D
Depósitos Interfinanceiros	8.364	-17,5	15.732	15,8	9.516	341,1	323	-12,8	2.990	26,2	N/D	N/D
Depósitos Totais	292.695	19,6	476.073	13,5	231.919	5,1	212.870	-5,2	122.426	2,1	63.117.776	-17,1
Captações no Mercado Aberto	108.897	51,3	214.430	10,1	245.271	25,4	245.537	43,2	73.139	1,5	4.404	-9,9
Aceites e Emissão de Títulos	39.691	115,4	53.737	84,3	57.044	39,2	53.810	63,7	49.223	36,7	17.725	56,2
Custo com Depósitos	12.662	0,2	22.748	-1,0			10285,0	-21,2	6526,0	-16,2		
Custos com Captação no Mercado Aberto	5.851	8,5	13.103	-13,1	31516,0	-10,5	13702,0	-4,4	5813,0	-6,7	4008,0	-7,2
Custos com Aceites e Emissão de Títulos	1.686	50,9	N/D	N/D			N/D	N/D	4652,0	6,2		
Participação Depósitos no Total do Passivo	43,5	-4,9	43,1	-1,0	34,4	-9,1	24,9	-6,2	25,6	-1,2	43,1	-10,5
Participação Captação no Total do Passivo	16,2	2,0	19,4	-1,1	36,4	-2,2	28,7	4,9	15,3	-0,8	3,0	-0,4
Participação Aceites e Emissão de Títulos	5,9	3,6	4,9	1,8	5,9	1,1	6,3	1,7	11,1	2,9	12,1	4,1

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor)

Quanto à composição do passivo das instituições, o movimento mais geral é o deslocamento relativo do *funding* de depósitos para as operações de mercado aberto e aceites e emissões de títulos, segmentos que aumentaram sua participação no total em todas as instituições, com exceção do HSBC. Isto parece ter ocorrido não só porque estes segmentos apresentam maior flexibilidade na determinação de seus volumes, pois não se inserem no campo da concorrência, mas também por conta do custo. Notamos que na CEF, por exemplo, o volume de operações no mercado aberto cresceu 51%, mas seu custo acumulado nos nove primeiros meses do ano cresceu somente 8,5%.

Sem dúvida tal movimento só foi possível diante de um cenário de queda na taxa básica de juros. Apesar da redução relativa, os depósitos também apresentaram um comportamento favorável para os bancos, principalmente os depósitos de poupança, que cresceram significativamente, exceto no Santander.

Podemos afirmar que o cenário, quanto à captação de recursos pelos bancos, ficou mais favorável no período analisado, com redução de custos e sem restrições de quantidade, contribuindo para a manutenção de elevadas margens financeiras.

### 3.5 - Receitas de Prestação de Serviços e Despesas Administrativas:

Todos os bancos aqui discutidos apresentaram crescimento significativo das suas Receitas de Prestação de Serviços, com o acumulado dos nove primeiros meses do ano variando positivamente desde 4,8% no HSBC a 18% no BB. O componente mais dinâmico desta conta foram as receitas provenientes de tarifas bancárias, que incluem itens como pacotes de serviços, transferências de recursos, operações de crédito/cadastro, anuidades de cartão de crédito, etc., e que cresceram no período desde 9,8% no HSBC até 61,3% na CEF. Esta expansão das receitas de tarifas bancárias na CEF foi resultado da expansão da base de clientes PF em 11,0%, de clientes PJ em 28,4% e de contas correntes de 18,4% no período em questão. Como o aumento na receita foi mais que proporcional ao da base de contas e clientes, e apesar da redução em diversas tarifas, podemos supor que a rentabilidade média com tarifas por cliente também subiu, mostrando uma intensificação no relacionamento banco/cliente. No mesmo período, o BB avançou apenas 4,1% em número de clientes e 3,6% em número de contas correntes, mas foi capaz de aumentar sua receita com tarifas bancárias em 11,6%.

As Despesas Administrativas tiveram comportamento diferenciado entre os bancos, crescendo mais no BB e no Santander e menos no HSBC e Itaú, com a CEF e o Bradesco em posição intermediária. O resultado destes dois bancos surpreende ao considerarmos que foram os que mais ampliaram o número de agências. Na CEF, em 12 meses, estas passaram de 2.250 para 2.567 e os PAB's e PAE's passaram de 2.347 para 2.861. No Bradesco, as agências saltaram de 3.921 para 4.641 e os PAB's e PAE's de 2.980 para 3.774 no mesmo período, refletindo a estratégia do Bradesco de realizar uma expansão orgânica depois da perda do Banco Postal.

Todos os bancos incorreram em aumentos expressivos das Despesas com Pessoal, com exceção do Itaú, que se manteve praticamente estável. Isto se explica em parte pelo comportamento do emprego no setor, pois entre os bancos com dados publicados o Itaú foi o único que reduziu seu quadro de funcionários, e o fez de forma acentuada, como é apresentado a seguir.

**Tabela 3G:** Número de Funcionários, por banco, para Setembro de 2011 e Setembro de 2012, e variação entre os períodos.

	Total de Funcionários					
	CEF	BB	ITAÚ	BRADESCO	SANTANDER	HSBC
Setembro 2011	85.175	113.594	99.820	101.334	52.770	
Setembro 2012	89.737	114.480	90.427	104.100	55.120	27000*
Varição %	5,4	0,8	-9,4	2,7	4,5	-

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor) \*Aproximado, divulgado pelo banco

Porém, como mostramos anteriormente, a elevação percentual nas Despesas de Pessoal foi, exceto para o Bradesco, inferior à elevação da margem financeira antes das PCLD. Portanto não foi, relativamente, o determinante da redução da rentabilidade.

Apresentamos a seguir o comportamento nos períodos acumulados dos 9 primeiros meses de 2012 e 2011 para o índice de cobertura, igual à razão entre as receitas de prestação de serviços e as despesas de pessoal e

portanto quanto maior o número melhor o resultado para o banco, índice de eficiência operacional, igual à razão entre a soma das despesas de pessoal e outras despesas administrativas e a soma das receitas de intermediação financeira e de prestação de serviços, portanto quanto menor melhor é o desempenho do banco, e também o índice de Basiléia, que mede o capital ajustado ao risco.

**Tabela 3H:** Índices de Cobertura, Eficiência e de Basiléia

	CEF		BB		ITAÚ		BRADESCO		SANTANDER		HSBC	
	9M2012	9M2011	9M2012	9M2011	9M2012	9M2011	9M2012	9M2011	9M2012	9M2011	6M2012	6M2011
Índice de Cobertura	111,4	110,1	128,9	126,6	146,9	138,9	141,9	140,6	159,0	165,9	95,8	103,1
Índice de Eficiência	58,5	59,6	45,1	42,1	45,0	47,4	42,1	42,7	43,5	46,1	58,5	62,3

Fonte: Informações Financeiras divulgadas pelas instituições (elaboração do autor) \*09/2012 \*\*09/2011

Dos dados acima podemos apreender que não houve deterioração nas condições operacionais do negócio bancário, ao contrário, observamos a melhora nos índices de cobertura para os os bancos de capital nacional, público e privado, e a piora para os estrangeiros. Porém o Santander é ainda o banco com o melhor resultado neste quesito. Quanto ao índice de eficiência a melhora é geral, com exceção do BB. Ou seja, não há risco aparente de deterioração na eficiência do setor financeiro.

Quanto ao índice de Basiléia, notamos sua elevação para as instituições de capital privado nacional e para o BB e uma redução para os demais. Não há neste caso uma avaliação unidirecional, do tipo quanto maior melhor, a ser feita. O índice mede o requerimento de capital ponderado ao risco, e tem o limite inferior de 11% imposto pelo Banco Central. Podemos então afirmar que quanto maior o índice mais sólida a posição da instituição, portanto melhor. Porém, a alavancagem financeira faz parte da própria natureza dos bancos como intermediário financeiro *sui generis*. Portanto, quanto maior o índice, menos o banco está exercendo esta natureza e um aumento no índice pode

indicar tanto um aumento de capital como uma posição mais avessa ao risco, principalmente ao risco de emprestar. Nos parece que os bancos privados nacionais se enquadram neste último caso, expandindo seus ativos sem elevar o risco e portanto o requerimento de capital. Quanto aos estrangeiros, estão em situações opostas. O Santander ainda sobre-capitalizado em decorrência da gigantesca oferta primária de ações de 2009 que arrecadou R\$ 14,1 Bilhões lutando para dar o retorno a estes acionistas, e o HSBC cuja matriz, afetada pela crise mundial, reluta em aportar capital na filial brasileira, que não possui ações em bolsa. Os bancos públicos, por expandirem o crédito num ritmo superior, terão que recompor seu capital, fato já anunciado pelo Governo Federal em Outubro de 2012.

### **Conclusão**

Para avaliarmos o papel desempenhado pelos bancos múltiplos de controle estatal mencionados neste trabalho, além dos dados presentes nas seções anteriores acrescentamos um referencial sobre o comportamento que estes bancos deveriam apresentar para que sejam considerados bancos com “atualização idealizada como pública”, segundo Andrade e Deos (2009):

- prover linhas de fomento e de crédito de longo prazo para segmentos que são eleitos como politicamente prioritários e que não são atendidos pelos bancos privados, tendo, em geral, como base para tal ação, um *funding* diferenciado;
- definir novos produtos e/ou novos custos e prazos para produtos já existentes, de forma a induzir o mercado a atuar sob novas bases, isto é, fazendo política de financiamento no sentido mais amplo da expressão;
- regular mais amplamente o mercado, sendo um canal privilegiado para transmitir os impactos das decisões tomadas no âmbito das políticas monetária e creditícia;

- exercer, no mercado de crédito, ações que minimizem a incerteza em momentos em que esta está exacerbada, uma vez que nessas circunstâncias há um "encolhimento" natural e defensivo do crédito por parte do sistema privado.

Ou como aparece em Deos e Mendonça(2010) "*...[é] fundamental a discussão acerca da alocação de recursos nos mercados de crédito, sobretudo a partir da percepção da importância do financiamento de decisões de gasto geradoras de renda e emprego, enfatizando a existência de uma hierarquia entre as categorias de gastos, assim como a necessidade de reduzir as incertezas que as cercam...*"

No período aqui apresentado, os bancos múltiplos federais apresentaram, ainda que em graus diferenciados, estas características indicadas. Atuaram na expansão do crédito em geral, diante da retração dos bancos privados, mas com foco em segmentos historicamente negligenciados pelos bancos privados, como habitação e infraestrutura na CEF e crédito agrícola no BB. Contribuíram para a redução da incerteza dos investidores privados como instrumentos do Estado para manutenção da demanda agregada. Se mostraram agentes da regulação da concorrência no setor bancário brasileiro, ao reduzirem as taxas de juros e tarifas que praticavam e provocar a reação, ainda que limitada, dos bancos privados atuando no país. Sob estes critérios, a CEF foi mais efetiva que o BB, pois além de ofertar mais crédito, também reduziu suas taxas de forma mais acentuada.

A redução das taxas de juros aconteceu e foi significativa, com a taxa média das operações de crédito caindo de 38,0% a.a. em Janeiro de 2012 para 29,9% a.a. em Setembro, de acordo com o Banco Central. O mesmo aconteceu com o *spread* apropriado pelos bancos, que se reduziu 27,8 p.p. em Janeiro de 2012 para 22,3 p.p. em Setembro. Esta queda ocorre por três componentes: a redução mais forte das taxas pelos bancos públicos, a reação moderada dos bancos privados, e o avanço dos bancos públicos na

participação do mercado de crédito, afetando a ponderação da média.

A redução nas tarifas bancárias aconteceu de forma menos generalizada, com os bancos públicos reduzindo o preço de um número expressivo de serviços, mas não sendo capaz de induzir uma queda correspondente nos bancos privados. Estes, de fato, aumentaram o preço de grande número de serviços. Entretanto, as receitas provenientes de serviços continuaram a crescer, como vem sendo o padrão desde o início do Real.

Não se pode dizer que a rentabilidade dos bancos foi afetada pela queda dos juros, já que *a redução das receitas financeiras foi mais que compensada pela queda no custo de captação, ampliando as margens financeiras*. Da mesma forma, os índices de eficiência e cobertura não mostraram deterioração da capacidade operacional dos bancos de gerarem receita. O resultado mais apertado, principalmente para os bancos privados, se deveu ao aumento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa. Após a análise destas, associada à das demais características da carteira de crédito, *não constatamos que os bancos “esconderam lucro”*, já que as provisões se mantiveram atreladas às exigidas pelo Banco Central, as provisões adicionais de caráter opcional se mantiveram estáveis ou se reduziram e não houve reclassificação arbitrária de carteiras. Os mais afetados pelas necessidades de constituírem provisões foram os bancos privados, pesando o fato da pequena expansão do crédito destes bancos.

Os bancos múltiplos estatais, sobretudo a CEF, expandiram o crédito em ritmo muito superior aos privados e chegaram a uma participação de mercado conjunta de 34%. Eles fizeram essa expansão apresentando índices de inadimplência muito inferiores aos dos bancos privados. Isso aconteceu principalmente na CEF, pelas características do crédito imobiliário, principal componente de expansão da carteira, por ser de longo prazo, com garantia real por alienação fiduciária (em contraste com a garantia hipotecária, mais difícil de executar) e alto custo de *default* para o tomador. Mas tanto a Caixa

quanto o Banco do Brasil, líder do segmento, trabalham muito com crédito consignado de baixa inadimplência.

Apesar da CEF, por ser propriedade integral do Tesouro Nacional, ter se mostrado mais ágil e efetiva ao seguir as determinações do Governo, o BB também saiu fortalecido destes eventos, ao reverter um processo de perda de participação de mercado. É fundamental notar que ambos os bancos vão além das funções de banco público descritas no início da seção, pois todas as ações comerciais são imprescindíveis para cobrir eventuais perdas nas ações sociais. Eles assumem também importância na concorrência nos diversos mercados que constituem o setor bancário brasileiro, apropriando-se de excedentes que eram direcionados ao setor privado. Isto se constitui de certa forma um tipo de arrecadação parafiscal, no sentido que dividendos desses bancos são distribuídos para o Tesouro Nacional. Estes recursos podem ser usados tanto para ampliação do superávit primário quanto para a capitalização dos próprios bancos, amplificando a alavancagem financeira de políticas públicas, como a habitacional, a de saneamento básico e a de crédito agrícola.

É difícil determinar se os bancos privados realmente restringiram o aumento de suas carteiras de crédito por conta das expectativas, expressas no aumento da inadimplência em algumas linhas de crédito, em especial o financiamento de veículos, ou se sucumbiram à concorrência agressiva dos bancos públicos. De qualquer forma, em cenário de alterações nos preços relativos básicos da economia, isto é, juro-câmbio-impostos, os bancos privados terão que se ajustar ao novo contexto, modificado de maneira irreversível a não ser ao custo de grande prejuízo para decisões já tomadas. Este modelo projetado para o futuro passará pelo aumento do crédito disponível para firmas e famílias, principalmente o crédito de longo prazo, e captação via novos produtos financeiros com prazos alongados. Operações estruturadas típicas de mercado de capitais também aparecem no horizonte face ao desafio de miscigenar uma economia de endividamento bancário com

uma economia de mercado de capitais.

**Bibliografia:**

ANDRADE, Rogério Pereira de; DEOS, Simone de (2009). *A trajetória do Banco do Brasil no período recente, 2001-2006: banco público ou banco estatal 'privado'?* Revista de Economia Contemporânea, Abr 2009, vol.13, no.1, p.47-79.

ALENCAR, Leonardo S.; Rodrigues, Eduardo A. de S.; e Takeda, Tony (2005). *Custos de mudança nas linhas de crédito do setor bancário brasileiro*. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2005, Banco Central do Brasil.

ARAÚJO, L.A.; Jorge Neto P. M; Ponce, D.S.; (2005). *Competição e Concentração entre os Bancos Brasileiros*. XXXIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, disponível em: [www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p561\\_586.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p561_586.pdf)

BARBACHAN, J. S. F. & M. M. da Fonseca (2004). *Concentração Bancária Brasileira: Uma Análise Microeconômica*. FinanceLab Working Paper, disponível em [www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=2796](http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=2796)

BELAISCH, Agnes (2003). *Do Brazilian Banks Compete?* IMF Working Papers Nº 113

COSTA, Fernando N. (2011). *Preços Inflados*. Campinas, Textos para discussão do Instituto de Economia da Unicamp, Nº 197

COSTA, Fernando N. (2012). *Brasil dos Bancos*. São Paulo, EDUSP.

Deos, S. ; Mendonça, Ana Rosa R. De (2010) “Uma proposta de delimitação conceitual dos bancos públicos”, in Jayme Jr., F.G. ; Crocco, M. (Orgs.) *Bancos Públicos e Desenvolvimento*, IPEA

DIEESE (2007). *Fusões no setor bancário: emprego e concorrência*. Nota Técnica nº 55

DIEESE (2006). *As receitas dos bancos com prestação de serviços*. Texto disponível em [http://www.ideconbrasil.org.br/adm\\_img/pesquisa\\_2.pdf](http://www.ideconbrasil.org.br/adm_img/pesquisa_2.pdf)

FIPECAFI (2004). *Estudo sobre a Estrutura da Taxa de Juros no Brasil*. Trabalho encomendado pela FEBRABAN

LACERDA, Cláudio de Oliveira. *Liberalização Tarifária no Contexto Concorrencial do Setor Bancário Brasileiro*. 2006, Prêmio SEAE 2006, (mimeo), disponível em: [www.seae.fazenda.gov.br/conheca\\_seae/premio-seae/i-premio-seae/resultado-premio-seae-2006-divulgacao-internet-revisto.pdf](http://www.seae.fazenda.gov.br/conheca_seae/premio-seae/i-premio-seae/resultado-premio-seae-2006-divulgacao-internet-revisto.pdf)

Mettenhein, K. (2010), Para Uma Análise Transdisciplinar Dos Bancos Públicos Federais Na Democracia Brasileira, in Jayme Jr., F.G. ; Crocco, M. (Orgs.) *Bancos Públicos e Desenvolvimento*, IPEA

NAKANE, M.; (2001). *A Test of Competition in Brazilian Banking*. Distrito Federal, Banco Central do Brasil, Documento de Trabalho N° 12.

NAKANE, M.; Koyama, S.; (2003). *Dispersão das taxas de empréstimos bancários no Brasil*. Distrito Federal, Banco Central do Brasil, Avaliação de 3 anos do projeto Juros e spread bancário no Brasil

NAKANE, M.; Alencar, L.; Kanczuk, F. (2006). *Demand for Bank Services and Market Power in Brazilian Banking*. Distrito Federal, Banco Central do Brasil, Trabalhos Para Discussão N° 107

OREIRO, J. L. C.; SILVA, G. J. C., (2007). *Taxa de Juros Convencional e Rentismo em um Modelo Pós-Keynesiano de Firma Bancária*. In Oreiro, J. L. C.; Paula, L. F. (orgs). *Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário*.

PANZAR, J.; ROSSE, J. (1987). *Testing for monopoly equilibrium*. Journal of Industrial Economics v. 35, p. 443-446.

PAULA, L. F.; Alves Jr., A.; Marques, M. B. L.; (2001). Ajuste patrimonial e padrão

de rentabilidade dos bancos privados durante o Plano Real (1994/98). *Estudos Econômicos*, vol. 31, n° 2, pp. 285-319.

ROCHA, F. A. S. (2001). *Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994-2000)*. Distrito Federal, Banco Central do Brasil, Notas Técnicas do BCB N° 11

SARAIVA, P. J. (2008). *Teorias Keynesianas sobre bancos e crédito: Tobin, Stiglitz e os pós-keynesianos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.